



# **Porto do Pecém Geração de Energia S.A.**

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Porto do Pecém Geração de Energia S.A.**  
São Gonçalo do Amarante - CE

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

**PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
(Em milhares de reais)



| <b>ATIVO</b>                                       | <b>Nota</b> | <b>31/12/2021</b> | <b>31/12/2020</b> |
|----------------------------------------------------|-------------|-------------------|-------------------|
| <b>Circulante</b>                                  |             |                   |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa                      | 4           | 18.372            | 2.093             |
| Títulos e valores mobiliários                      | 5           | 11.722            | 153.987           |
| Concessionárias                                    | 6           | 325.730           | 395.803           |
| Imposto de renda e Contribuição social a compensar | 7           | 29.106            | 32.269            |
| Outros tributos compensáveis                       | 7           | 40.801            | 22.831            |
| Estoques                                           | 10          | 403.803           | 130.299           |
| Outros créditos                                    | 13          | 35.661            | 21.238            |
| <b>Total do Ativo Circulante</b>                   |             | <b>865.195</b>    | <b>758.520</b>    |
| <b>Não circulante</b>                              |             |                   |                   |
| Imposto de renda e Contribuição social a compensar | 7           | 3.392             |                   |
| Outros tributos compensáveis                       | 7           | 14.173            | 14.174            |
| Tributos diferidos                                 | 8           | 410.924           | 394.623           |
| Cauções e depósitos vinculados                     | 11          | 1.873             | 1.591             |
| Outros créditos                                    | 13          | 825               | 1.215             |
|                                                    |             | <b>431.187</b>    | <b>411.603</b>    |
| Imobilizado                                        | 14          | 2.632.158         | 2.789.858         |
| Intangível                                         | 15          | 11.071            | 7.725             |
|                                                    |             | <b>2.643.229</b>  | <b>2.797.583</b>  |
| <b>Total do Ativo Não circulante</b>               |             | <b>3.074.416</b>  | <b>3.209.186</b>  |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                              |             | <b>3.939.611</b>  | <b>3.967.706</b>  |
| <b>PASSIVO</b>                                     | <b>Nota</b> | <b>31/12/2021</b> | <b>31/12/2020</b> |
| <b>Circulante</b>                                  |             |                   |                   |
| Fornecedores                                       | 16          | 195.136           | 293.860           |
| Imposto de renda e Contribuição social a recolher  | 7           | 2.479             | 2.480             |
| Outros tributos a recolher                         | 7           | 29.283            | 27.811            |
| Dividendos                                         | 17          | 106.406           | 103.113           |
| Debêntures                                         | 18          |                   | 165.665           |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas  | 19          | 124.573           | 124.676           |
| Encargos Setoriais                                 | 20          | 8.970             | 6.554             |
| Ressarcimento por indisponibilidade                | 21          | 2.945             | 5.307             |
| Provisões                                          | 22          | 4.553             | 17.888            |
| Adiantamento de clientes                           | 12          | 250.000           |                   |
| Outras contas a pagar                              | 13          | 18.846            | 17.332            |
| <b>Total do Passivo Circulante</b>                 |             | <b>743.191</b>    | <b>764.686</b>    |
| <b>Não circulante</b>                              |             |                   |                   |
| Tributos diferidos                                 | 8           | 9                 | 7                 |
| Empréstimos e financiamentos                       | 19          | 430.244           | 552.902           |
| Provisões                                          | 22          | 23.386            | 25.872            |
| Outras contas a pagar                              | 13          | 7.947             | 10.548            |
| <b>Total do Passivo Não circulante</b>             |             | <b>461.586</b>    | <b>589.329</b>    |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                          |             |                   |                   |
| Capital social                                     | 23.1        | 2.368.999         | 2.368.999         |
| Reservas de lucros                                 | 23.3        | 365.835           | 244.459           |
| Outros resultados abrangentes                      |             |                   | 233               |
| <b>Total do Patrimônio líquido</b>                 |             | <b>2.734.834</b>  | <b>2.613.691</b>  |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO</b>       |             | <b>3.939.611</b>  | <b>3.967.706</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**



|                                                           | <b>Nota</b> | <b>2021</b>        | <b>2020</b>        |
|-----------------------------------------------------------|-------------|--------------------|--------------------|
| <b>Receitas</b>                                           | 24          | <b>2.336.898</b>   | <b>1.745.036</b>   |
| <b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b> | 25          |                    |                    |
| Custo do serviço de energia elétrica                      |             | (372.004)          | (804.179)          |
| Custo da produção da energia elétrica                     |             | (1.330.112)        | (251.005)          |
| Custo de operação                                         |             | (289.649)          | (257.007)          |
|                                                           |             | <b>(1.991.765)</b> | <b>(1.312.191)</b> |
| <b>Lucro bruto</b>                                        |             | <b>345.133</b>     | <b>432.845</b>     |
| <b>Despesas e Receitas operacionais</b>                   | 25          |                    |                    |
| Despesas gerais e administrativas                         |             | (26.192)           | (45.376)           |
| Outras despesas e receitas operacionais                   |             | 820                | 798                |
|                                                           |             | <b>(25.372)</b>    | <b>(44.578)</b>    |
| <b>Resultado antes de resultado financeiro e tributos</b> |             | <b>319.761</b>     | <b>388.267</b>     |
| <b>Resultado financeiro</b>                               | 26          |                    |                    |
| Receitas financeiras                                      |             | 7.868              | 11.104             |
| Despesas financeiras                                      |             | (85.227)           | (91.656)           |
|                                                           |             | <b>(77.359)</b>    | <b>(80.552)</b>    |
| <b>Lucro líquido antes dos tributos</b>                   |             | <b>242.402</b>     | <b>307.715</b>     |
| <b>Tributos sobre o lucro</b>                             | 27          |                    |                    |
| Imposto de renda e contribuição social correntes          |             | (12.023)           | (14.926)           |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos          |             | 16.181             | 2.149              |
|                                                           |             | <b>4.158</b>       | <b>(12.777)</b>    |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                         |             | <b>246.560</b>     | <b>294.938</b>     |
| <b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>       |             |                    |                    |
| Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)          | 28          |                    |                    |
| ON                                                        |             | 0,10408            | 0,12450            |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)



|                                                                        | <u>2021</u>           | <u>2020</u>           |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                      | 246.560               | 294.938               |
| <b>Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado</b> |                       |                       |
| <i>Hedge</i> de fluxos de caixa                                        | (353)                 | 353                   |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                       | <u>120</u>            | <u>(120)</u>          |
| <b>Resultado abrangente do exercício</b>                               | <u><u>246.327</u></u> | <u><u>295.171</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



|                                                                                           | Nota | 2021             | 2020             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|------|------------------|------------------|
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>                                         |      |                  |                  |
| Lucro antes dos tributos sobre o Lucro                                                    |      | 242.402          | 307.715          |
| <b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>        |      |                  |                  |
| Depreciações e amortizações                                                               |      | 183.444          | 192.982          |
| Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados                                 |      | 7.710            | 9.068            |
| Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures |      | 56.173           | 76.842           |
| Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP                                    |      | 1.855            | (715)            |
| Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas            |      | (1.011)          | 2.300            |
| Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP                          |      | (2.480)          | 4.855            |
| Ajuste a valor presente                                                                   |      | 746              | 684              |
| Encargos setoriais - provisão e atualização monetária                                     |      | 5.291            | 4.569            |
| Impostos e contribuições sociais - atualização monetária                                  |      | (1.323)          | (2.662)          |
| Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade                                 |      | (1.999)          | (34.338)         |
| Perda estimada na realização dos estoques                                                 | 10.2 | 140.491          |                  |
| Outros                                                                                    |      |                  | 1.723            |
|                                                                                           |      | <u>631.299</u>   | <u>563.023</u>   |
| <b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>                                        |      |                  |                  |
| Concessionárias                                                                           |      | 69.710           | (12.286)         |
| Títulos e valores mobiliários                                                             |      | 142.265          | (18.795)         |
| Outros tributos compensáveis                                                              |      | (210.079)        | (170.886)        |
| Estoques                                                                                  |      | (408.735)        | (8.919)          |
| Outros ativos operacionais                                                                |      | (14.068)         | 24.283           |
|                                                                                           |      | <u>(420.907)</u> | <u>(186.603)</u> |
| <b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>                                      |      |                  |                  |
| Fornecedores                                                                              |      | (107.973)        | 77.276           |
| Outros tributos a recolher                                                                |      | 195.015          | 203.518          |
| Encargos Setoriais                                                                        |      | (2.875)          | (10.355)         |
| Provisões                                                                                 |      | (3.851)          | (4.224)          |
| Adiantamento de clientes                                                                  |      | 250.000          |                  |
| Outros passivos operacionais                                                              |      | (1.906)          | 810              |
|                                                                                           |      | <u>328.410</u>   | <u>267.025</u>   |
| <b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>                                      |      | <u>538.802</u>   | <u>643.445</u>   |
| Imposto de renda e contribuição social pagos                                              |      | (31.421)         | (24.830)         |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>                              |      | <u>507.381</u>   | <u>618.615</u>   |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>                                      |      |                  |                  |
| Adições ao Imobilizado e Intangível                                                       |      | (33.037)         | (28.420)         |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>                              |      | <u>(33.037)</u>  | <u>(28.420)</u>  |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>                                     |      |                  |                  |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos                                          |      | (103.113)        | (129.371)        |
| Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures         |      | (288.130)        | (348.130)        |
| Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos                                  |      | (56.469)         | (103.025)        |
| Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos                                       |      | (10.353)         | (9.238)          |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>                             | 30.1 | <u>(458.065)</u> | <u>(589.764)</u> |
| <b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>                                   |      | <u>16.279</u>    | <u>431</u>       |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício                                       |      | 18.372           | 2.093            |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício                                      |      | 2.093            | 1.662            |
|                                                                                           |      | <u>16.279</u>    | <u>431</u>       |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de reais)



|                                                  | <b>Capital<br/>social</b> | <b>Reservas<br/>de lucros</b> | <b>Outros<br/>resultados<br/>abrangentes</b> | <b>Lucros<br/>acumulados</b> | <b>Total</b>     |
|--------------------------------------------------|---------------------------|-------------------------------|----------------------------------------------|------------------------------|------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>          | <b>2.368.999</b>          | <b>106.702</b>                | <b>-</b>                                     | <b>-</b>                     | <b>2.475.701</b> |
| Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2020 |                           | (35.872)                      |                                              |                              | (35.872)         |
| Lucro líquido do exercício                       |                           |                               |                                              | 294.938                      | 294.938          |
| Destinação do lucro                              |                           |                               |                                              |                              |                  |
| Constituição de reserva legal                    |                           | 14.747                        |                                              | (14.747)                     | -                |
| Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)             |                           | 48.824                        |                                              | (48.824)                     | -                |
| Dividendos intermediários (JSCP)                 |                           |                               |                                              | (121.309)                    | (121.309)        |
| Dividendo adicional proposto                     |                           | 110.058                       |                                              | (110.058)                    | -                |
| Outros resultados abrangentes                    |                           |                               |                                              |                              |                  |
| Hedge de fluxos de caixa                         |                           |                               | 353                                          |                              | 353              |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos |                           |                               | (120)                                        |                              | (120)            |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>          | <b>2.368.999</b>          | <b>244.459</b>                | <b>233</b>                                   | <b>-</b>                     | <b>2.613.691</b> |

  

|                                                  | <b>Capital<br/>social</b> | <b>Reservas<br/>de lucros</b> | <b>Outros<br/>resultados<br/>abrangentes</b> | <b>Lucros<br/>acumulados</b> | <b>Total</b>     |
|--------------------------------------------------|---------------------------|-------------------------------|----------------------------------------------|------------------------------|------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>          | <b>2.368.999</b>          | <b>244.459</b>                | <b>233</b>                                   | <b>-</b>                     | <b>2.613.691</b> |
| Lucro líquido do exercício                       |                           |                               |                                              | 246.560                      | 246.560          |
| Constituição de reserva legal                    |                           | 12.328                        |                                              | (12.328)                     | -                |
| Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)             |                           | 37.763                        |                                              | (37.763)                     | -                |
| Dividendos intermediários (JSCP)                 |                           |                               |                                              | (125.184)                    | (125.184)        |
| Dividendo adicional proposto                     |                           | 71.285                        |                                              | (71.285)                     | -                |
| Hedge de fluxos de caixa                         |                           |                               | (353)                                        |                              | (353)            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos |                           |                               | 120                                          |                              | 120              |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>          | <b>2.368.999</b>          | <b>365.835</b>                | <b>-</b>                                     | <b>-</b>                     | <b>2.734.834</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



|                                                           | 2021               | 2020               |
|-----------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Geração do valor adicionado</b>                        | 2.660.581          | 2.009.640          |
| Receita operacional                                       | 2.626.582          | 1.976.501          |
| Receita relativa à construção de ativos próprios          | 33.038             | 31.945             |
| Outras Receitas                                           | 961                | 1.194              |
| <b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>                | <b>(1.868.598)</b> | <b>(1.275.963)</b> |
| Custos da energia comprada                                | (318.441)          | (828.346)          |
| Encargos de uso da rede elétrica                          | (91.410)           | (89.367)           |
| Materiais                                                 | (38.877)           | (33.624)           |
| Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica | (1.337.343)        | (254.705)          |
| Serviços de terceiros                                     | (68.572)           | (59.360)           |
| Outros custos operacionais                                | (13.955)           | (10.561)           |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                             | <b>791.983</b>     | <b>733.677</b>     |
| <b>Retenções</b>                                          |                    |                    |
| Depreciações e amortizações                               | (183.444)          | (192.982)          |
| <b>Valor adicionado líquido produzido</b>                 | <b>608.539</b>     | <b>540.695</b>     |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b>         |                    |                    |
| Receitas financeiras                                      | 8.652              | 11.599             |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>                | <b>617.191</b>     | <b>552.294</b>     |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>                   |                    |                    |
| Pessoal                                                   |                    |                    |
| Remuneração direta                                        | 34.072             | 33.873             |
| Benefícios                                                | 11.781             | 8.643              |
| FGTS                                                      | 2.674              | 2.235              |
| Impostos, taxas e contribuições                           |                    |                    |
| Federais                                                  | 154.566            | 101.860            |
| Estaduais                                                 | 82.454             | 17.222             |
| Municipais                                                | 143                | 147                |
| Remuneração de capitais de terceiros                      |                    |                    |
| Juros                                                     | 85.227             | 91.656             |
| Aluguéis                                                  | (286)              | 1.720              |
| Remuneração de capital próprio                            |                    |                    |
| Juros sobre capital próprio                               | 125.184            | 121.309            |
| Lucros retidos                                            | 495.815            | 378.665            |
|                                                           | <b>617.191</b>     | <b>552.294</b>     |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 1 Contexto operacional

A Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Companhia ou Porto do Pecém), sociedade anônima de capital fechado, controlada direta da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de São Gonçalo do Amarante no Estado do Ceará, tem como principal objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção e exploração da usina térmica denominada Pecém I (UTE Pecém I) e a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades, incluindo a geração e a comercialização de energia e capacidade elétrica, a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica, seja no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ou de outro foro regulamentado por Lei.

#### 1.1 Autorização - UTE Pecém I

A Companhia, conforme Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 226 de 27 de junho de 2008, possui autorização para a construção e operação de uma usina termelétrica a carvão mineral, instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 720,3 MWm. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sem previsão de prorrogação na legislação atual. As principais características da usina são:

| Usina Termelétrica | Estado | Modalidade            | Outorga     | Capacidade Instalada | Energia Assegurada | Prazo de autorização |            |
|--------------------|--------|-----------------------|-------------|----------------------|--------------------|----------------------|------------|
|                    |        |                       |             | (MWm)                | (MWm)              | Início               | Término    |
| UTE Pecém I        | CE     | Produtor Independente | Autorização | 720,3                | 645,3              | 01/07/2008           | 20/01/2044 |

Em 16 de outubro de 2007, a Companhia comercializou 615 MWm no leilão A-5 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, pelo prazo de 15 anos. O preço estabelecido no leilão foi de R\$125,95 por MWWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2021, o preço atualizado do contrato é de R\$286,21 por MWWh.

A primeira unidade geradora da UTE Pecém I, com capacidade instalada de 360 MWm, começou a fornecer energia ao Sistema Interligado Nacional - SIN em 15 de outubro de 2012, em caráter de testes, sendo que, em 1º de dezembro de 2012, foi recebida autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para iniciar a operação comercial. A segunda unidade geradora recebeu em 10 de maio de 2013 autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial com capacidade instalada restrita a 240 MWm, ficando a Companhia responsável por recompor o lastro até a capacidade plena de 360 MWm. Em 29 de junho de 2013 a segunda unidade obteve êxito em disponibilizar ao SIN a sua capacidade operacional plena.

Na exploração da UTE Pecém I a Companhia tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições da autorização do MME, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

### 2 Base de preparação

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de janeiro de 2022. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

#### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

#### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 29.1.1.

#### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Determinação da Perda estimada na realização dos estoques (Nota 10); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 14 e 15); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Provisões (Nota 22); Provisão para ressarcimento de indisponibilidade (Nota 21); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.1.2.1).

#### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

edp

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

### Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

### Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

A Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos oriundos da pandemia da COVID-19 (Nota 3.2), em relação a sua posição patrimonial e financeira, com o objetivo de identificar a existência de fatores que requerem a realização de teste relativo ao valor recuperável de seus ativos não financeiros. Como resultado dessa avaliação, a Administração da Companhia concluiu com base em suas análises, que nesse momento não há indicativos quanto a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos não financeiros.

## 2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

### 2.7.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

| Norma                                                                                                                                                                                                                                           | Descrição da alteração                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Correlação IASB                             | Natureza       | Data da vigência |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|----------------|------------------|
| Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos | Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).                                                                                                                                                                                  | IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16 | Pronunciamento | 01/01/2022       |
| CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.                                                                                                                                                                                 | Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato) | IAS 37                                      | Pronunciamento | 01/01/2022       |
| CPC 27 - Ativo Imobilizado                                                                                                                                                                                                                      | Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo                                                                                                                                                                | IAS 16                                      | Pronunciamento | 01/01/2022       |
| CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro                                                                                                                                                                                         | Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.                                                                                                                                                                                                            | IFRS 3                                      | Pronunciamento | 01/01/2022       |
| CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis                                                                                                                                                                                               | Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).                                                                                                                                                                                                            | IAS 1 / IFRS 2                              | Pronunciamento | 01/01/2023       |
| CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro                                                                                                                                                                       | Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.                                                                                                                                                                                   | IAS 1 / IFRS 2                              | Pronunciamento | 01/01/2023       |
| CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação                                                                                                               | As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.                                                                                                                                           | IAS 12                                      | Pronunciamento | 01/01/2023       |
| CPC 50 - Contratos de seguro                                                                                                                                                                                                                    | Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.                                                                                                    | IFRS 17                                     | Pronunciamento | 01/01/2023       |

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3 Eventos significativos no exercício

### 3.1 Medida governamental para gestão de recursos hídricos

| Publicação                                             | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Status                                                                                                                                                            |
|--------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Medida Provisória - MP nº 1.055 de 28 de junho de 2021 | A MP nº 1.055 institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país adotando entre as medidas: (i) definir diretrizes obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas; (ii) estabelecer prazos para atendimento das diretrizes pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, pelo ONS, pela CCEE e pelos concessionários de geração de energia elétrica; (iii) requisitar e estabelecer prazos para encaminhamento de informações e subsídios técnicos aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta, à ONS, à CCEE e aos concessionários de geração de energia elétrica.<br>O Ministério de Minas e Energia (MME), com a melhora da expectativa de chuvas ao final do ano de 2021, após reunião da CREG em 05 de novembro de 2021, sinalizou o fim da vigência da MP 1.055/2021, que instituiu a CREG. A MP perdeu a validade no dia 07 de novembro de 2021, e, com isso, a Câmara encarregada da gestão da atual crise hídrica também deixou de existir. | Esta MP entrou em vigor em 28 de junho de 2021 e a CREG teria duração até 30 de dezembro de 2021. Em 07 de novembro a MP caducou, bem como ocorreu o fim da CREG. |

### 3.1.1 Disponibilidade média

Devido a crise hídrica mencionada na nota 3.1, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), para atendimento dos Estados interligados ao Sistema de Interligado Nacional (SIN, que é o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil, hidro-termo-eólico) despachou a Pecém, que teve disponibilidade média da Usina no exercício de 94,0%, acima da disponibilidade de referência (83,75%).

### 3.2 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que existe uma pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais nos exercícios de 2020 e 2021, tendo os maiores impactos ocorridos no primeiro ano da referida pandemia.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 3.2.1 Medidas de Assistência Governamental adotadas em 2021

Durante o exercício findo 2021, foi homologado o seguinte normativo que impactou a Companhia:

| Publicação                                | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Status                                                                                                                                                                              |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Despacho - DSP ANEEL nº 904 de 30/03/2021 | A ANEEL aprovou o Despacho que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, geridos pelas controladas, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. Com a regulamentação a Agência toma as providências necessárias para a liberação de R\$2,23 bilhões em 2021 com a finalidade de contribuir para a modicidade tarifária, como medida de mitigação dos impactos econômicos provenientes da pandemia da COVID-19. | O percentual de repasse de P&D da Companhia destinado à CDE é de 28,89%. Os valores de agosto de 2020 à janeiro de 2021 serão pagos em 9 parcelas, atualizados pela Selic (Nota 20) |

### 3.2.2 Medidas adotadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil para mitigação dos impactos da COVID-19

Desde de 2020, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil atuou de forma tempestiva seguindo uma estratégia dividida em três fases chamada de 3Rs (Reação, Recuperação e Reformulação), a fim de mitigar os impactos da COVID-19, focado na adaptação frente ao novo cenário. Na fase Reação, o Grupo criou um Comitê de Crise e definiu três prioridades de atuação no combate à crise: (i) proteger vidas; (ii) proteger a Companhia; e (iii) apoiar a sociedade. Na fase Recuperação, foi criado o Plano de Recuperação de Resultados, composto por 57 iniciativas destinadas a recuperar e garantir o desempenho econômico-financeiro. Na fase Reformulação, foi criado o Comitê de Oportunidades, no qual foram definidas 7 áreas de atualização, com um olhar voltado para o futuro, a fim de encontrar novas oportunidades a partir dos aprendizados trazidos pela crise.

Em apoio à sociedade, durante 2020, o Grupo EDP - Energias do Brasil destinou mais de R\$10 milhões à compra de respiradores e EPIs para a rede pública de saúde, à realização de obras elétricas de hospitais de campanha e à doação de 350 toneladas de alimentos e kits de higiene pessoal a comunidades vulneráveis e povos indígenas. Ao todo, essas iniciativas beneficiaram mais de 400 mil pessoas em todo o Brasil.

Diante da continuidade da pandemia, diversas iniciativas criadas no decorrer de 2020 oriundas do Comitê de Crise se mantêm para 2021, entre elas o Programa de Home Office Preventivo, os Planos de Contingências Operacionais para as Unidades de Negócio, adoção das Regras que Salvam Vidas-COVID-19, monitoramento dos casos suspeitos, entre outras ações necessárias para a proteção das pessoas e redução do impacto no negócio. As ações voltadas à sociedade também se mantêm, tendo como iniciativas realizadas em 30 de junho de 2021:

(i) expansão dos serviços disponíveis por vídeo atendimento e incentivo no uso dos canais virtuais, a fim de diminuir a necessidade de utilização das agências de atendimento presencial e locais físicos para pagamento de contas;

(ii) investimento mais de R\$1,7 milhão para levar mais eficiência energética à 8 hospitais públicos nas cidades de São José dos Campos, Jacareí, Lorena, Caraguatatuba, Suzano e Guarulhos;

(iii) contratação de 386 profissionais entre médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e auxiliares de enfermagem para o atendimento de pacientes infectados com o novo coronavírus no Hospital das Clínicas de São Paulo, em uma ação conjunta com as empresas BTG Pactual, Cosan e Eurofarma. Esta parceria colaborou com a doação em torno de R\$7,9 milhões para este fim.

(iv) doação de 60 leitos pós-UTI ao governo do Espírito Santo, em parceria com as empresas Suzano e Águia Branca;

(v) doação de 4.250 oxímetros de dedo portáteis digitais, utilizados para medir a saturação de oxigênio no sangue, ao governo do estado do Espírito Santo, através da Federação das Indústrias do Espírito Santo - Fines, em conjunto com Fortlev, Nestlé/Garoto, Buaiz, Villoni, Mondelez, Selita, Frisa, Real Café e Uniaaves;

(vi) doação de mais de 8.500 máscaras tipo PFF2/n95 para o Hospital Maternidade São Camilo, em Aracruz. Os itens de proteção foram destinadas aos profissionais que atuam na linha de frente no combate à Covid-19;

(vii) doação de R\$300 mil em equipamentos, cilindros de oxigênio e 1.800 cestas básicas às Secretarias de Saúde do Ceará (SESA) e de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS); e

(viii) doação de 332 mil máscaras cirúrgicas, 56 mil luvas de proteção e 25,7 mil máscaras PFF2/n95 para a Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins.

### 3.3 Não incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização pela Selic dos indébitos tributários recebidos da União

Em 24 de setembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que não incidem IRPJ e CSLL sobre a receita de atualização monetária dos indébitos tributários recebidos da União (Taxa Selic).

A Companhia é parte, com outras Companhias do Grupo EDP - Energias do Brasil, de mandado de segurança que objetiva o reconhecimento do direito de não recolher o IRPJ e a CSLL sobre os valores referentes à aplicação de juros de mora e correção monetária, relativos aos indébitos tributários passíveis de restituição, reembolso, ressarcimento ou compensação (judicialmente ou administrativamente), além do direito ao aproveitamento dos créditos dos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data do ajuizamento da ação judicial.

Em dezembro de 2021, com o entendimento dos assessores jurídicos da probabilidade acerca do tema na Companhia, e com base no CPC 32, foi efetuado o registro de R\$3.677 de principal (Nota 27.1) e R\$260 de atualização monetária (Nota 26).

### 3.4 Preço médio do estoque de carvão

Adicional à crise hídrica no país (Nota 3.1), a acelerada recuperação econômica global após os maiores impactos da pandemia do COVID-19 (Nota 3.2) que, neste ano, elevou a demanda por eletricidade de forma mais acelerada do que os suprimentos de baixo carbono, ocorreram portanto sucessivas altas dos preços do gás natural e de carvão, matéria-prima da geração de energia da Companhia. O preço médio por tonelada praticado no exercício de 2021 foi de 1.193,12 reais enquanto em 2020 foi de 360,40 reais, tendo sido constituída perda estimada na realização dos estoques (Nota 10.2).

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

|                        | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------|------------|------------|
| Bancos conta movimento | 18.372     | 2.093      |
| Total                  | 18.372     | 2.093      |

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

## 5 Títulos e valores mobiliários

Refere-se à aplicação em fundo de investimento de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com baixo risco de variação no valor de mercado, estando demonstrado pelo valor investido acrescido de juros auferidos até a data da demonstração financeira, que equivale ao valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021, a carteira de investimento do fundo é composta, substancialmente, por Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, com rentabilidade equivalente a 99,68% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 6 Concessionárias

|                                | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------------|------|------------|------------|
| Suprimento de energia elétrica | 6.1  | 325.730    | 245.325    |
| Energia de curto prazo         | 6.2  |            | 150.478    |
| Total                          |      | 325.730    | 395.803    |

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 29.2.4.

#### 6.1 Suprimento de energia elétrica

A variação dos montantes a receber em aberto em 31 de dezembro de 2021 aumentaram, quando comparados a 2020, devido substancialmente a atualização monetária da receita fixa da Companhia, com base no IPCA, que teve média acumulada de 10,67% em 2021, e 4,52% em 2020.

#### 6.2 Energia de curto prazo

Em 2020 a Companhia, por não ter sido despachada ao final do período, adquiriu energia no Curto Prazo para manutenção das atividades da planta e vendeu o excedente, ficando o montante de R\$150.478 em aberto em 31 de dezembro de 2020. Quanto observamos 2021, devido ao despacho substancial ocorrido por conta da escassez hídrica (Nota 3.1), esta aquisição e consequente venda não se fez necessária.

Adicionalmente, desde 04 de março de 2016 a Companhia possui liminar relativa ao processo nº 0051048-90.2015.4.01.3400 em trâmite na 1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal determinando que a União e a ANEEL não transfiram para as associadas da ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas, associação a qual a Companhia pertence, o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais que tenham limitado a incidência do fator de ajuste do *Generation Scaling Factor* - GSF (fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas) em todas as liquidações realizadas pela CCEE, bem como se abstenham de lhes aplicar qualquer sanção decorrente do GSF. A liminar confirmada em sentença proferida em 22 de novembro de 2019, permanece vigente até a presente data.

### 7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

|                                                    | Nota | Saldo em 31/12/2020 | Adição  | Baixas  | Atualização monetária | Adiantamentos / Pagamentos | Compensação de tributos | Transferência | Saldo em 31/12/2021 |
|----------------------------------------------------|------|---------------------|---------|---------|-----------------------|----------------------------|-------------------------|---------------|---------------------|
| <b>Ativos compensáveis</b>                         |      |                     |         |         |                       |                            |                         |               |                     |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 7.1  | 32.269              |         | (2.348) | 1.409                 | 32.026                     | (23.254)                | (7.604)       | 32.498              |
| Total Circulante                                   |      | 32.269              | -       | (2.348) | 1.409                 | 32.026                     | (23.254)                | (7.604)       | 32.498              |
| Circulante                                         |      | 32.269              |         |         |                       |                            |                         |               | 29.106              |
| Não Circulante                                     |      | -                   |         |         |                       |                            |                         |               | 3.392               |
| <b>Outros tributos compensáveis</b>                |      |                     |         |         |                       |                            |                         |               |                     |
| ICMS                                               |      | 4.795               | 1.342   |         |                       | 3.349                      | (5.537)                 |               | 3.949               |
| PIS e COFINS                                       |      | 28.639              | 205.434 |         |                       |                            |                         | (185.763)     | 48.310              |
| IRRF sobre aplicações financeiras                  |      | 1.124               | 968     |         |                       |                            |                         | (809)         | 1.283               |
| IR/CS retidos sobre faturamento                    |      | 135                 | 40      | (32)    |                       |                            |                         | 2             | 145                 |
| Outros                                             |      | 2.312               |         | (1.023) |                       |                            |                         | (2)           | 1.287               |
| Total                                              |      | 37.005              | 207.784 | (1.055) |                       | 3.349                      | (5.537)                 | (186.572)     | 54.974              |
| Circulante                                         |      | 22.831              |         |         |                       |                            |                         |               | 40.801              |
| Não circulante                                     |      | 14.174              |         |         |                       |                            |                         |               | 14.173              |
| <b>Passivos a recolher</b>                         |      |                     |         |         |                       |                            |                         |               |                     |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher  |      | 2.480               | 12.023  |         |                       | (1.743)                    |                         | (10.281)      | 2.479               |
| Total Circulante                                   |      | 2.480               | 12.023  | -       | -                     | (1.743)                    | -                       | (10.281)      | 2.479               |
| Circulante                                         |      | 2.480               |         |         |                       |                            |                         |               | 2.479               |
| <b>Outros tributos a recolher</b>                  |      |                     |         |         |                       |                            |                         |               |                     |
| ICMS                                               |      | 1.616               | 25.104  |         |                       | (17.762)                   | (5.537)                 |               | 3.421               |
| PIS e COFINS                                       |      | 3.110               | 243.719 |         |                       | (52.145)                   | (9.934)                 | (183.895)     | 855                 |
| Tributos sobre serviços prestados por terceiros    |      | 720                 | 7.985   |         | 83                    | (7.289)                    |                         |               | 1.499               |
| IRRF sobre juros s/ capital próprio                | 7.2  | 18.196              | 18.778  |         |                       | (6.196)                    | (12.000)                |               | 18.778              |
| Encargos com pessoal                               |      | 1.142               | 10.796  |         |                       | (9.800)                    | (1.041)                 |               | 1.097               |
| Outros                                             |      | 3.027               | 603     |         | 3                     |                            |                         |               | 3.633               |
| Total Circulante                                   |      | 27.811              | 306.985 | -       | 86                    | (93.192)                   | (28.512)                | (183.895)     | 29.283              |
| Circulante                                         |      | 27.811              |         |         |                       |                            |                         |               | 29.283              |

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

#### 7.1 Imposto de renda e contribuição social

O saldo de R\$32.498 refere-se, substancialmente, ao impacto da Lei nº 13.670/18, onde está vedada à compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

A companhia apurou um crédito de R\$11.282 referente ao Imposto de renda e contribuição social do ano de 2020, sendo utilizado R\$1.320 para compensação de INSS Folha do ano de 2021.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 7.2 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$18.778 refere-se ao IRRF sobre JSOP deliberado no exercício de 2021 a ser liquidado em 2022.

## 8 Tributos diferidos

|                                        | Nota | Ativo          |                | Passivo        |            |
|----------------------------------------|------|----------------|----------------|----------------|------------|
|                                        |      | Não Circulante |                | Não Circulante |            |
|                                        |      | 31/12/2021     | 31/12/2020     | 31/12/2021     | 31/12/2020 |
| PIS e COFINS                           |      |                |                | 9              | 7          |
| Imposto de renda e contribuição social | 8.1  | 410.924        | 394.623        |                |            |
| <b>Total</b>                           |      | <b>410.924</b> | <b>394.623</b> | <b>9</b>       | <b>7</b>   |

### 8.1 Imposto de renda e Contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

#### 8.1.1 Composição

|                                                         | Ativo Não circulante |            | Passivo Não circulante |            | Resultado |         | Patrimônio Líquido |         |
|---------------------------------------------------------|----------------------|------------|------------------------|------------|-----------|---------|--------------------|---------|
|                                                         | 31/12/2021           | 31/12/2020 | 31/12/2021             | 31/12/2020 | 2021      | 2020    | 2021               | 2020    |
| <b>Natureza dos créditos</b>                            |                      |            |                        |            |           |         |                    |         |
| <b>Prejuízos fiscais</b>                                | 264.401              | 277.201    |                        |            | (12.800)  | (1.408) |                    |         |
| <b>Base negativa da contribuição social</b>             | 88.889               | 94.494     |                        |            | (5.605)   | (5.805) |                    |         |
|                                                         | 353.290              | 371.695    | -                      | -          | (18.405)  | (7.213) | -                  | -       |
| <b>Diferenças temporárias</b>                           |                      |            |                        |            |           |         |                    |         |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 1.195                | 1.970      |                        |            | (775)     | 871     |                    |         |
| Instrumentos financeiros - CPC 39                       |                      | 198        |                        |            | (318)     | 318     | 120                | (120)   |
| Licenças ambientais                                     | 1.643                | 4.268      |                        |            | (2.625)   | 2.703   |                    |         |
| Provisão de fornecedores de materiais/serviços          | 3.994                | 13.616     |                        |            | 3.994     | 6.101   | 3.994              | 6.101   |
| Perda estimada na realização dos estoques               | 48.107               |            |                        |            | 48.107    |         |                    |         |
| Outras                                                  | 2.762                | 2.930      | 67                     | 54         | (13.797)  | (631)   | (3.994)            | (6.101) |
| <b>Total diferenças temporárias</b>                     | 57.701               | 22.982     | 67                     | 54         | 34.586    | 9.362   | 120                | (120)   |
| <b>Total</b>                                            | 410.991              | 394.677    | 67                     | 54         | 16.181    | 2.149   |                    |         |
| <b>Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos</b>    | (67)                 | (54)       | (67)                   | (54)       |           |         |                    |         |
| <b>Total</b>                                            | 410.924              | 394.623    | -                      | -          |           |         |                    |         |

#### 8.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

| 2022   | 2023   | 2024   | 2025   | 2026   | 2027 a 2029 | A partir de 2030 | Total Não circulante |
|--------|--------|--------|--------|--------|-------------|------------------|----------------------|
| 34.551 | 57.041 | 60.639 | 63.316 | 67.685 | 27.013      | 100.746          | 410.991              |

## 9 Partes relacionadas

Além do contrato de mútuo a pagar para a controladora (Nota 19), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

# Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

|                                                              |                            |                    |                         | Ativo      |            | Passivo        |            |            |            | Resultado      |            |              |           |             |       |
|--------------------------------------------------------------|----------------------------|--------------------|-------------------------|------------|------------|----------------|------------|------------|------------|----------------|------------|--------------|-----------|-------------|-------|
|                                                              |                            |                    |                         | Circulante |            | Não circulante |            | Circulante |            | Não circulante |            | Operacionais |           | Financeiras |       |
|                                                              |                            |                    |                         | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021     | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021     | 31/12/2020 | 2021         | 2020      | 2021        | 2020  |
| Concessionárias (Nota 6)                                     |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| Suprimento de energia elétrica                               |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| EDP São Paulo                                                | Controle comum             | Receita Fixa + CVU | 27/08/2008 a 31/12/2026 | 10.496     | 7.087      |                |            |            |            |                |            | 81.417       | 39.344    |             |       |
| Energest                                                     | Controle comum             | 39,68              | 01/03/2021 a 31/03/2021 |            |            |                |            |            |            |                |            | 12.412       | 283       |             |       |
| EDP Espírito Santo                                           | Controle comum             | Receita Fixa + CVU | 01/01/2012 a 31/12/2026 | 6.481      | 4.375      |                |            |            |            |                |            | 50.267       | 24.291    |             |       |
| Lajeado                                                      | Controle comum             | 39,68              | 01/03/2020 a 31/03/2020 |            |            |                |            |            |            |                |            |              | 206       |             |       |
| Investco                                                     | Controle comum             | 39,68              | 01/03/2020 a 31/03/2020 |            |            |                |            |            |            |                |            |              | 180       |             |       |
| EDP Trading Comercializadora                                 | Controle comum             |                    | 01/03/2021 a 26/11/2021 |            | 43.108     |                |            |            |            |                |            | 117.236      | 267.783   |             |       |
|                                                              |                            |                    |                         | 16.977     | 54.570     | -              | -          | -          | -          | -              | -          | 261.332      | 332.087   | -           | -     |
| Fornecedores (Nota 16)                                       |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| Suprimento de energia elétrica                               |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| EDP Trading Comercializadora                                 | Controle comum             |                    | 01/12/2020 a 15/11/2021 |            |            |                |            | 235        | 135.541    |                |            | (258.971)    | (785.170) |             |       |
| Energest                                                     | Controle comum             | 147,1              | 01/03/2021 a 31/03/2021 |            |            |                |            |            |            |                |            | (36.687)     | (2.483)   |             |       |
| Lajeado                                                      | Controle comum             | 348,16             | 01/03/2020 a 31/03/2020 |            |            |                |            |            |            |                |            |              | (1.806)   |             |       |
| Investco                                                     | Controle comum             | 348,16             | 01/03/2020 a 31/03/2020 |            |            |                |            |            |            |                |            |              | (1.580)   |             |       |
| EDP Transmissão                                              | Controle Comum             |                    | 01/01/2013 a 31/07/2043 |            |            |                |            | 5          | 5          |                |            | (54)         | (60)      |             |       |
| EDP Transmissão MA II                                        | Controle Comum             |                    | 01/01/2013 a 31/07/2043 |            |            |                |            | 8          | 7          |                |            | (89)         | (71)      |             |       |
| EDP Transmissão MA I                                         |                            |                    | 01/01/2013 a 31/07/2043 |            |            |                |            | 29         |            |                |            | (148)        |           |             |       |
| EDP Transmissão Aliança                                      |                            |                    | 01/01/2013 a 31/07/2043 |            |            |                |            | 15         |            |                |            | (100)        |           |             |       |
| EDP Transmissão Litoral Sul                                  |                            |                    | 01/01/2013 a 31/07/2043 |            |            |                |            | 1          |            |                |            | (8)          |           |             |       |
| Prestação de serviços (a)                                    |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| Pecém OM                                                     | Controle comum em conjunto |                    | Indeterminado           |            |            |                |            | 387        |            |                |            | (5.227)      | (5.037)   |             |       |
| EDP Varejista                                                | Controle comum             |                    | 01/01/2018 a 31/12/2021 |            |            |                |            | 5          | 3          |                |            | (52)         | (38)      |             |       |
| EDP Trading Comercializadora                                 | Controle comum             |                    | 10/01/2020 a 10/01/2022 |            |            |                |            | 14         | 14         |                | 32         | (182)        | (189)     |             |       |
|                                                              |                            |                    |                         | -          | -          | -              | -          | 699        | 135.570    | -              | 32         | (301.518)    | (796.434) | -           | -     |
| Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 13)            |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| Consumidores e Concessionários                               |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| EDP Trading Comercializadora                                 | Controle comum             |                    | 01/01/2019 a 31/12/2019 |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| Prestação de serviços - Backoffice (b)                       |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| Pecém TM                                                     | Controle comum em conjunto |                    | 01/05/2015 a 01/05/2025 |            |            | 75             | 75         |            |            |                | 690        | 1.012        | 1.012     |             |       |
| Pecém OM                                                     | Controle comum em conjunto |                    | 01/05/2015 a 01/05/2025 |            | 351        | 128            |            |            |            |                |            | 345          | 430       |             |       |
| Mabe                                                         | Controle comum em conjunto |                    | 01/05/2015 a 01/05/2020 | 1.311      | 1.310      |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| Compartilhamento de serviços de infraestrutura (c)           |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| EDP São Paulo                                                | Controle comum             |                    | 01/01/2018 a 31/12/2022 |            |            |                |            |            |            | 13             |            | (13)         |           |             |       |
| EDP - Energias do Brasil                                     | Controladora               |                    | 01/01/2015 a 31/12/2022 |            |            |                |            |            |            | 30             | 38         | (494)        | (1.298)   |             |       |
| Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (d)         |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| EDP - Energias do Brasil                                     | Controladora               |                    | 01/01/2019 a 31/12/2024 |            |            |                |            |            |            | 248            | 1.733      | (7.225)      | (13.267)  |             |       |
| Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 9.1.1)      |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| EDP - Energias do Brasil                                     | Controladora               |                    | 15/06/2016 a 18/06/2022 |            |            |                |            |            |            | 733            | 1.214      | (638)        | (427)     |             |       |
| Prestação de serviços (e)                                    |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| EDP Portugal                                                 | Controladora indireta      |                    | Indeterminado           |            |            |                |            | 1.862      | 1.849      |                |            |              |           | (13)        | (530) |
| Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (f) |                            |                    |                         |            |            |                |            |            |            |                |            |              |           |             |       |
| EDP - Energias do Brasil                                     | Controladora               |                    | 01/01/2019 a 31/12/2024 |            |            |                |            |            |            | 358            | 738        | (5.178)      | (6.247)   |             |       |
|                                                              |                            |                    |                         | 1.311      | 1.661      | 203            | 75         | 1.862      | 1.849      | 1.382          | 4.413      | (12.191)     | (19.797)  | (13)        | (530) |
|                                                              |                            |                    |                         | 18.288     | 56.231     | 203            | 75         | 2.561      | 137.419    | 1.382          | 4.445      | (52.377)     | (484.144) | (13)        | (530) |

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 31.2).

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### (a) Prestação de serviços

Estes contratos podem requerer adiantamentos a serem abatidos dos pagamentos quando da realização dos serviços.

#### **Pecém OM**

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados em engenharia de segurança do trabalho e medicina ocupacional, engenharia ambiental, relacionamento e comunicação com comunidades.

#### **EDP Varejista**

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados em gestão de energia elétrica, com relação ao suporte comercial do processo de migração e de contratação de energia elétrica, à gestão de contrato de energia e das obrigações da contratante junto à CCEE e aos relatórios.

#### **EDP Comercializadora**

O contrato tem como objetivo a prestação de serviços na gestão de contratos de energia, processos de contratação de energia, suporte técnico nas análises da compra de energia, na necessidade de compras futuras e orientação do processo de compra, definições de estratégias, elaboração de edital, análise técnica e financeira das propostas e no acompanhamento de todas as obrigações junto a CCEE.

### (b) Prestação de serviços - *Backoffice*

Os contratos, com previsão de vigência de 60 meses contados a partir de 1º de maio de 2015, tem por objeto as seguintes prestações de serviços: (i) Pecém OM e Pecém TM: compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral; e (ii) Mabe: financeiro, contábil e serviços legais.

Os contratos com a Pecém TM e Pecém OM tiveram o prazo de vigência estendido em 60 meses conforme aditivo contratual de 26 de maio de 2020 e vigorar até 01 de março de 2025. Com valor anual a serem pagos no montante de R\$1.012 e R\$376, respectivamente corrigidos pelo IPCA.

**(c) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 para as Companhias EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP Trading Comercializadora(\*), EDP Smart Energia(\*), EDP Smart Serviços(\*) e EDP Smart Soluções(\*), Lajeado, Porto do Pecém, Investco e Instituto EDP considerando os mesmos critérios adotados em contratos anteriores.

**(d) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

O contrato possuía vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Trading Comercializadora(\*), Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão(\*\*), EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I(\*\*), EDP Transmissão MA II(\*\*), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das Companhias EDP Transmissão (\*\*), EDP Transmissão MA I (\*\*) e EDP Transmissão MA II (\*\*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

**(e) Contrato de prestação de serviços - EDP Portugal:** O contrato refere-se a prestação de serviços para intermediação da compra do carvão.

**(f) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice*:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de BackOffice foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading Comercializadora(\*), Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão (\*\*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I (\*\*), EDP Transmissão MA II (\*\*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadrarem nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* teve seu aditivo firmado em dezembro de 2021, estendendo sua vigência até 31 de dezembro de 2024.

(\*) Anteriormente denominadas como EDP Comercializadora, EDP Varejista, EDP GRID e EDP Soluções respectivamente

(\*\*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as Companhias EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data as mesmas foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

## Notas explicativas



**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 9.1 Remuneração dos administradores

#### 9.1.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Entre os anos de 2016 e 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2021 da mesma o montante de R\$638 (R\$427 em 2020) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

As ações do Plano de Remuneração I foram exercidas no período findo em 30 de junho de 2021.

#### 9.1.2 Remuneração total da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro

|                                           | Diretoria Estatutária |       |
|-------------------------------------------|-----------------------|-------|
|                                           | 2021                  | 2020  |
| Remuneração (a)                           | 3.138                 | 2.442 |
| Benefícios de curto prazo (b)             | 191                   | 85    |
| Benefícios - Previdência Privada          | 110                   | 182   |
| Remuneração baseada em ações (Nota 9.1.1) | 578                   |       |
| Total                                     | 4.017                 | 2.709 |

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

### 10 Estoques

|                                                  | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------------------------------|------|------------|------------|
| Matéria prima e insumos para produção de energia | 10.1 |            |            |
| Carvão                                           |      | 470.025    | 60.268     |
| Diesel                                           |      | 3.220      | 1.702      |
| Cal                                              |      | 244        | 246        |
| Outros                                           |      | 2.689      | 2.396      |
| (-) Perda estimada na realização dos estoques    | 10.2 | (141.490)  |            |
|                                                  |      | 334.688    | 64.612     |
| Material de almoxarifado                         |      | 63.360     | 59.774     |
| Resíduos e sucatas                               |      | 5.755      | 5.913      |
| Total                                            |      | 403.803    | 130.299    |

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é o custo médio ponderado móvel.

Os estoques da Companhia referem-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina e a matéria prima utilizada para a produção de energia elétrica. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura estão classificados na rubrica de Imobilizado pelo montante, em 31 de dezembro de 2021, de R\$13.110 (R\$12.784 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 14).

#### 10.1 Matéria prima e insumos para produção de energia

A variação de R\$409.757 observada no exercício deve-se, principalmente, aos seguintes fatores: (i) A Companhia apresentou disponibilidade de 94% no exercício, sendo despachada substancialmente devido ao cenário hidrológico desfavorável (Nota 3.1) que reduziu em dezembro, portanto a Companhia apresentou maior aquisição de estoque de carvão, com preço médio praticado no exercício de 2021 de R\$1.193,12 enquanto em 2020 foi de R\$360,40.

#### 10.2 (-) Perda estimada na realização dos estoques

A constituição do saldo de provisão no montante de R\$141.490 realizada no exercício é decorrente de ajuste ao valor de realização do estoque, mensurado pela expectativa de preço do Custo Variável Unitário - CVU aplicado, considerando o cenário de realização do estoque no próximo exercício, quando comparado ao custo de aquisição.

Esta provisão ocorre substancialmente devido ao cenário de crise hidrológica mencionada na nota 3.1 e ao elevado preço médio do carvão mencionado na nota 3.4, onde a Companhia foi despachada integralmente em 8 meses, e parcialmente em 4, tendo CVU médio de 359,84R\$/Mwh em 2021 e 147,45R\$/Mwh em 2020, além do dólar médio de R\$5,21 para a aquisição de carvão, que trouxe aquisição elevada para planejamento de despacho. Ao final do exercício de 2021 a Companhia foi desligada pelo ONS após o aumento das chuvas, o que fez com que as projeções de despacho passassem para o final do primeiro trimestre de 2022, trazendo a redução ao valor recuperável dos estoques.

### 11 Cauções e depósitos vinculados

|                      | Nota | Saldo em 31/12/2020 | Adição | Atualização | Saldo em 31/12/2021 |
|----------------------|------|---------------------|--------|-------------|---------------------|
| Depósitos judiciais  | 22.1 | 1.591               | 500    | 40          | 2.131               |
| Total Não circulante |      | 1.591               | 500    | 40          | 2.131               |
| Não Circulante       |      | 1.591               |        |             | 1.873               |
| Total                |      | 1.591               |        |             | 1.873               |

### 12 Adiantamento de clientes

O montante de R\$250.000 refere-se ao adiantamento realizado pela a EDP Trading Comercializadora, devido a compra de energia do período de julho de 2022 a Dezembro de 2022.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

|                                                     |      | Circulante |            | Não circulante |            |
|-----------------------------------------------------|------|------------|------------|----------------|------------|
|                                                     | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021     | 31/12/2020 |
| Outros créditos - Ativo                             |      |            |            |                |            |
| Adiantamentos                                       | 13.1 | 10.143     | 1.273      |                |            |
| Bens destinados à alienação/desativação             |      | 3.846      | 326        |                |            |
| Serviços em curso                                   |      | 1.851      | 1.851      |                |            |
| Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas | 9    | 1.311      | 1.661      | 203            | 75         |
| Despesas pagas antecipadamente                      | 13.2 | 9.443      | 885        | 622            | 1.140      |
| Contrato de Uso Compartilhado de Ativos - CUCA      | 13.3 | 9.067      | 14.120     |                |            |
| Outros                                              |      |            | 1.122      |                |            |
| Total                                               |      | 35.661     | 21.238     | 825            | 1.215      |
| Outras contas a pagar - Passivo                     |      |            |            |                |            |
| Folha de pagamento                                  |      | 738        | 709        | 799            |            |
| Benefícios pós-emprego                              |      |            | 14         |                |            |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas                   | 13.4 | 7.232      | 6.603      |                |            |
| Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas | 9    | 1.862      | 1.849      | 1.382          | 4.445      |
| Arrendamentos e aluguéis                            | 13.5 | 9.001      | 7.567      | 5.766          | 6.101      |
| Outros                                              |      | 13         | 590        |                | 2          |
| Total                                               |      | 18.846     | 17.332     | 7.947          | 10.548     |

#### 13.1 Adiantamento

A variação observada no período é referente a adiantado à prestador de serviços, relativo ao fornecimento de equipamento de eletrólise para projeto de P&D.

#### 13.2 Despesas pagas antecipadamente

Variação refere-se principalmente a contratação de seguro patrimonial da Companhia. Em janeiro de 2021 houve a renovação do seguro por um período de 18 meses.

#### 13.3 Contrato de Uso Compartilhado de Ativos - CUCA

O CUCA é um contrato firmado entre a Companhia e a Pecém II, vigente pelo prazo de vida útil da Pecém II, ou seja, previsto até o ano de 2043, com pagamento no valor fixo anual original de R\$1.159, atualizado anualmente pelo IGP-M, além de remuneração variável com base no custo dos insumos utilizados.

#### 13.4 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

#### 13.5 Arrendamentos e Aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

|                         | Saldo em<br>31/12/2020 | Adição | Pagamentos | Transferên-<br>cias | AVP   | Saldo em<br>31/12/2021 |
|-------------------------|------------------------|--------|------------|---------------------|-------|------------------------|
| Circulante              |                        |        |            |                     |       |                        |
| Edifícios               | 473                    | 371    | (554)      | 302                 | 18    | 610                    |
| Máquinas e equipamentos | 7.094                  | 3.830  | (9.687)    | 6.584               | 488   | 8.309                  |
| Veículos                | -                      | 151    | (112)      | 43                  |       | 82                     |
| Total Circulante        | 7.567                  | 4.352  | (10.353)   | 6.929               | 506   | 9.001                  |
| Não circulante          |                        |        |            |                     |       |                        |
| Edifícios               | -                      | 3.562  |            | (302)               | 367   | 3.627                  |
| Máquinas e equipamentos | 6.101                  | 1.537  |            | (6.584)             | 973   | 2.027                  |
| Veículos                | -                      | 146    |            | (43)                | 9     | 112                    |
| Total Não circulante    | 6.101                  | 5.245  | -          | (6.929)             | 1.349 | 5.766                  |

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

| Ano                  | Edifícios |           | Máquinas e equipamentos |           | Veículos |           |
|----------------------|-----------|-----------|-------------------------|-----------|----------|-----------|
|                      | Valor     | Taxas (%) | Valor                   | Taxas (%) | Valor    | Taxas (%) |
| Circulante           |           |           |                         |           |          |           |
| 2022                 | 610       | 10,50%    | 8.309                   | 9,81%     | 82       | 8,38%     |
| Total Circulante     | 610       |           | 8.309                   |           | 82       |           |
| Não Circulante       |           |           |                         |           |          |           |
| 2023                 | 570       | 10,85%    | 1.421                   | 9,17%     | 71       | 8,38%     |
| 2024                 | 495       | 11,19%    | 606                     | 6,28%     | 41       | 4,89%     |
| 2025                 | 445       | 11,19%    |                         |           |          |           |
| 2026                 | 400       | 11,19%    |                         |           |          |           |
| 2027 até 2039        | 1.717     | 69,01%    |                         |           |          |           |
| Total Não circulante | 3.627     |           | 2.027                   |           | 112      |           |

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

| Fluxos de caixa                 | Nominal | Com AVP |
|---------------------------------|---------|---------|
| Contraprestação do arrendamento | 18.116  | 14.355  |
| PIS/COFINS potencial (9,25%)    | (1.676) | (1.328) |

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 14).

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

edp

### 14 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

Para os imobilizados cujo o valor residual ultrapassa o prazo final da autorização, as taxas de depreciação são ajustadas para que todos os imobilizados sejam depreciados até a data de término da autorização.

#### 14.1 Composição do imobilizado

|                                         | 31/12/2021                           |                 |                       |               | 31/12/2020                           |                 |                       |               |
|-----------------------------------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
|                                         | Taxas anuais médias de depreciação % | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido | Taxas anuais médias de depreciação % | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| Geração                                 |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Terrenos                                |                                      | 18.021          |                       | 18.021        |                                      | 18.021          |                       | 18.021        |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 2,95                                 | 265.487         | (66.317)              | 199.170       | 2,95                                 | 262.173         | (58.679)              | 203.494       |
| Máquinas e equipamentos                 | 4,77                                 | 3.624.875       | (1.364.359)           | 2.260.516     | 4,77                                 | 3.607.920       | (1.194.183)           | 2.413.737     |
| Veículos                                | 14,29                                | 2.355           | (1.678)               | 677           | 14,29                                | 2.355           | (1.408)               | 947           |
| Móveis e utensílios                     | 6,25                                 | 406             | (32)                  | 374           | 6,25                                 | 91              | (7)                   | 84            |
|                                         |                                      | 3.911.144       | (1.432.386)           | 2.478.758     |                                      | 3.890.560       | (1.254.277)           | 2.636.283     |
| Sistema de transmissão de conexão       |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Máquinas e equipamentos                 | 3,26                                 | 26.273          | (7.556)               | 18.717        | 3,26                                 | 26.273          | (6.701)               | 19.572        |
|                                         |                                      | 26.273          | (7.556)               | 18.717        |                                      | 26.273          | (6.701)               | 19.572        |
| Administração                           |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 3,46                                 | 9.869           | (1.288)               | 8.581         | 3,46                                 | 9.869           | (946)                 | 8.923         |
| Máquinas e equipamentos                 | 8,84                                 | 9.487           | (3.858)               | 5.629         | 8,84                                 | 8.091           | (3.096)               | 4.995         |
| Veículos                                | 14,29                                | 82              | (46)                  | 36            | 14,29                                | 82              | (34)                  | 48            |
| Móveis e utensílios                     | 6,51                                 | 1.188           | (270)                 | 918           | 6,53                                 | 1.112           | (193)                 | 919           |
|                                         |                                      | 20.626          | (5.462)               | 15.164        |                                      | 19.154          | (4.269)               | 14.885        |
| Total do imobilizado em serviço         |                                      | 3.958.043       | (1.445.404)           | 2.512.639     |                                      | 3.935.987       | (1.265.247)           | 2.670.740     |
| Ativos de direito de uso                |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 11,23                                | 3.989           | (371)                 | 3.618         | 55,33                                | 1.439           | (992)                 | 447           |
| Máquinas e equipamentos                 | 27,91                                | 24.209          | (16.469)              | 7.740         | 26,95                                | 19.333          | (11.028)              | 8.305         |
| Veículos                                | 33,33                                | 228             | (38)                  | 190           | 44,00                                | 8.232           | (8.028)               | 204           |
| Total Ativos de direito de uso          |                                      | 28.426          | (16.878)              | 11.548        |                                      | 29.004          | (20.048)              | 8.956         |
| Imobilizado em curso                    |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Geração                                 |                                      | 107.478         |                       | 107.478       |                                      | 109.673         |                       | 109.673       |
| Administração                           |                                      | 493             |                       | 493           |                                      | 489             |                       | 489           |
| Total do imobilizado em curso           |                                      | 107.971         | -                     | 107.971       |                                      | 110.162         | -                     | 110.162       |
| Total do imobilizado                    |                                      | 4.094.440       | (1.462.282)           | 2.632.158     |                                      | 4.075.153       | (1.285.295)           | 2.789.858     |

#### 14.2 Movimentação do imobilizado

|                                         | Valor líquido | Ingressos     | Transferên-<br>cia para<br>imobilizado<br>em serviço | Deprecia-<br>ções | Baixas  | Reclassifica-<br>ções | Outros  | Valor líquido |
|-----------------------------------------|---------------|---------------|------------------------------------------------------|-------------------|---------|-----------------------|---------|---------------|
|                                         | 31/12/2020    | (Nota 14.2.1) |                                                      |                   |         |                       |         | 31/12/2021    |
| Imobilizado em serviço                  |               |               |                                                      |                   |         |                       |         |               |
| Terrenos                                | 18.021        |               |                                                      |                   |         |                       |         | 18.021        |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 212.417       |               | 3.810                                                | (8.157)           | (319)   |                       |         | 207.751       |
| Máquinas e equipamentos                 | 2.438.304     |               | 28.206                                               | (174.892)         | (6.756) |                       |         | 2.284.862     |
| Veículos                                | 995           | 5.716         |                                                      | (1.234)           |         |                       | (4.764) | 713           |
| Móveis e utensílios                     | 1.003         |               | 391                                                  | (102)             |         |                       |         | 1.292         |
| Total do imobilizado em serviço         | 2.670.740     | 5.716         | 32.407                                               | (184.385)         | (7.075) | -                     | (4.764) | 2.512.639     |
| Ativos de direito de uso                |               |               |                                                      |                   |         |                       |         |               |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 447           | 3.933         |                                                      | (762)             |         |                       |         | 3.618         |
| Máquinas e equipamentos                 | 8.305         | 5.367         |                                                      | (5.932)           |         |                       |         | 7.740         |
| Veículos                                | 204           | 297           |                                                      | (311)             |         |                       |         | 190           |
| Total Ativos de direito de uso          | 8.956         | 9.597         | -                                                    | (7.005)           | -       | -                     | -       | 11.548        |
| Imobilizado em curso                    |               |               |                                                      |                   |         |                       |         |               |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 851           |               | (3.810)                                              |                   | (49)    | 4.108                 |         | 1.100         |
| Máquinas e equipamentos                 | 71.813        | 16.517        | (28.206)                                             |                   | (70)    | 5.435                 |         | 65.489        |
| Adiantamento a fornecedores             | 2.135         |               |                                                      |                   | (32)    | 896                   |         | 2.999         |
| Material em depósito                    | 12.784        | 9.170         |                                                      |                   | (445)   | (8.399)               |         | 13.110        |
| Outros                                  | 22.579        | 5.133         | (391)                                                |                   | (39)    | (2.009)               |         | 25.273        |
| Total do imobilizado em curso           | 110.162       | 30.820        | (32.407)                                             | -                 | (635)   | 31                    | -       | 107.971       |
| Total do imobilizado                    | 2.789.858     | 46.133        | -                                                    | (191.390)         | (7.710) | 31                    | (4.764) | 2.632.158     |

##### 14.2.1 Ingressos

Do montante total de ingressos no valor de R\$46.133, R\$16.517 refere-se a máquinas e equipamentos do imobilizado em curso, e estão relacionados substancialmente a aquisições de materiais para adequação de controle de frequência dos geradores e torre de refrigeração, substituições de filtros, rolamentos centrais e revitalização dos sistemas de detectores de chamas, e R\$9.170 na rubrica de Material em depósito em curso está relacionado a aquisição de válvulas e kits de manutenção da torre de resfriamento, inversores e redutores.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

edp

### 15 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Para os intangíveis cujo o valor residual ultrapassa o prazo final da autorização, as taxas de amortização são ajustadas para que todos os intangíveis sejam amortizados até a data de término da autorização.

#### 15.1 Composição do intangível

|                                            | 31/12/2021                           |                 |                       |               | 31/12/2020                           |                 |                       |               |
|--------------------------------------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
|                                            | Taxas anuais médias de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | Taxas anuais médias de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido |
| Intangível em serviço                      |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Geração                                    |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Software                                   | 20,00                                | 18              | (18)                  | -             | 20,00                                | 18              | (14)                  | 4             |
| Direito de concessão - Licenças ambientais | 33,33                                | 26.367          | (19.362)              | 7.005         | 33,33                                | 24.950          | (19.615)              | 5.335         |
|                                            |                                      | 26.385          | (19.380)              | 7.005         |                                      | 24.968          | (19.629)              | 5.339         |
| Sistema de transmissão de conexão          |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Servidão permanente                        | 3,25                                 | 1.111           | (328)                 | 783           | 3,25                                 | 1.111           | (292)                 | 819           |
|                                            |                                      | 1.111           | (328)                 | 783           |                                      | 1.111           | (292)                 | 819           |
| Administração                              |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Software                                   | 20,00                                | 3.430           | (2.705)               | 725           | 20,00                                | 2.902           | (2.234)               | 668           |
|                                            |                                      | 3.430           | (2.705)               | 725           |                                      | 2.902           | (2.234)               | 668           |
| Total do intangível em serviço             |                                      | 30.926          | (22.413)              | 8.513         |                                      | 28.981          | (22.155)              | 6.826         |
| Intangível em curso                        |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Administração                              |                                      | 2.558           | -                     | 2.558         |                                      | 899             | -                     | 899           |
| Total do intangível em curso               |                                      | 2.558           | -                     | 2.558         |                                      | 899             | -                     | 899           |
| Total do intangível                        |                                      | 33.484          | (22.413)              | 11.071        |                                      | 29.880          | (22.155)              | 7.725         |

#### 15.2 Movimentação do intangível

|                                            | Nota | Valor líquido 31/12/2020 | Ingressos | Transf. para imobilizado em serviço | Amortizações | Baixas  | Reclassificação | Valor líquido 31/12/2021 |
|--------------------------------------------|------|--------------------------|-----------|-------------------------------------|--------------|---------|-----------------|--------------------------|
| Intangível em serviço                      |      |                          |           |                                     |              |         |                 |                          |
| Software                                   |      | 672                      |           | 528                                 | (475)        |         |                 | 725                      |
| Servidão permanente                        |      | 819                      |           |                                     | (36)         |         |                 | 783                      |
| Direito de concessão - Licenças ambientais | 22.2 | 5.335                    | 7.006     |                                     | 1.646        | (6.982) |                 | 7.005                    |
| Total do intangível em serviço             |      | 6.826                    | 7.006     | 528                                 | 1.135        | (6.982) | -               | 8.513                    |
| Intangível em curso                        |      |                          |           |                                     |              |         |                 |                          |
| Outros intangíveis em curso                |      | 899                      | 2.218     | (528)                               |              |         | (31)            | 2.558                    |
| Total do intangível em curso               |      | 899                      | 2.218     | (528)                               | -            | -       | (31)            | 2.558                    |
| Total do Intangível                        |      | 7.725                    | 9.224     | -                                   | 1.135        | (6.982) | (31)            | 11.071                   |

### 16 Fornecedores

|                                  | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|----------------------------------|------|------------|------------|
| Suprimento de energia elétrica   | 16.1 | 235        | 145.492    |
| Encargos de uso da rede elétrica |      | 9.884      | 9.801      |
| Operações CCEE                   |      | 91         |            |
| Materiais e serviços             | 16.2 | 184.926    | 138.567    |
| Total                            |      | 195.136    | 293.860    |

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

#### 16.1 Suprimento de energia elétrica

A redução refere-se ao fato de que, em 2020, devido ao período em que Pecém permaneceu sem gerar pois não foi despachada, foi necessária maior compra de energia para suprir o consumo interno da planta que, em 2021 foi suprido pela própria geração da usina, devido ao maior período de despacho pelo ONS.

#### 16.2 Materiais e serviços

A variação observada na rubrica de materiais e serviços durante o exercício de 2021 foi decorrente, principalmente, do aumento na compra de carvão para atender o volume de geração despachada pelo órgão regulador frente ao cenário de escassez hídrica durante o ano (Nota 3.1).

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17

### Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES (Nota 19), a Companhia cumpre determinados requisitos junto a BNDES para o pagamento da distribuição dos lucros do exercício quando acima da distribuição de dividendo mínimo obrigatório.

### JSCP

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGOE, realizada em 30 de abril de 2021, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com a destinação de JSCP no valor bruto de R\$121.309, sendo R\$103.113 líquido de Imposto de renda contabilizado em 31 de dezembro de 2020. O JSCP foi pago integralmente em 18 de junho de 2021.

Em 23 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2021 no montante bruto de R\$125.184, sendo R\$106.406 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, em conjunto com a referida liberação junto ao BNDES.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

| Passivo                  | Saldo em<br>31/12/2020 | JSCP    | Pagamento | Saldo em<br>31/12/2021 |
|--------------------------|------------------------|---------|-----------|------------------------|
| EDP - Energias do Brasil | 103.113                | 106.406 | (103.113) | 106.406                |
|                          | 103.113                | 106.406 | (103.113) | 106.406                |

**Notas explicativas**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**



**18 Debêntures**  
**18.1 Composição do saldo de Debêntures**

| Agente fiduciário                                                       | Tipo de emissão         | Quantidade de títulos | Valor nominal unitário | Valor total | Data da emissão          | Vigência do contrato    | Finalidade                                          | Custo da dívida  | Forma de pagamento                                          | Garantias                                      | 31/12/2020 |            |         |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------|-------------|--------------------------|-------------------------|-----------------------------------------------------|------------------|-------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------|------------|---------|
|                                                                         |                         |                       |                        |             |                          |                         |                                                     |                  |                                                             |                                                | Encargos   | Principal  | Total   |
|                                                                         |                         |                       |                        |             |                          |                         |                                                     |                  |                                                             |                                                | Circulante | Circulante |         |
| Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | Instrução CVM nº 476/09 | 33.000                | 10                     | 330.000     | 1ª emissão em 14/11/2016 | 14/11/2016 a 14/11/2021 | Liquidação antecipada do financiamento junto ao BID | CDI + 2,95% a.a. | Principal anual a partir de novembro/2020 e juros semestral | Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil | 1.010      | 165.000    | 166.010 |
| (-) Custos de emissão                                                   |                         |                       |                        | (3.484)     |                          | 14/11/2016 a 14/11/2021 |                                                     |                  | Amortização mensal                                          |                                                |            | (345)      | (345)   |
| Total                                                                   |                         |                       |                        |             |                          |                         |                                                     |                  |                                                             |                                                | 1.010      | 164.655    | 165.665 |

As debêntures estiveram demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor total referente as garantias das debêntures mencionados acima na Companhia foi de R\$166.010 em 31 de dezembro de 2020.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.2

### Movimentação das debêntures no exercício

|                    | Saldo em<br>31/12/2020 | Pagamentos       | Juros<br>provisiona-<br>dos | Amortização<br>do custo de<br>transação | Saldo em<br>31/12/2021 |
|--------------------|------------------------|------------------|-----------------------------|-----------------------------------------|------------------------|
| <b>Circulante</b>  |                        |                  |                             |                                         |                        |
| Principal          | 165.000                | (165.000)        |                             |                                         | -                      |
| Juros              | 1.010                  | (10.690)         | 9.680                       |                                         | -                      |
| Custo de transação | (345)                  |                  |                             | 345                                     | -                      |
|                    | <u>165.665</u>         | <u>(175.690)</u> | <u>9.680</u>                | <u>345</u>                              | <u>-</u>               |

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

(i) ocorrência de: (a) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora e/ou Fiadora; (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Fiadora e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal e/ou contestado pela Emissora e/ou pela Fiadora de boa fé, no prazo legal, nas hipóteses para as quais a Lei não exija depósito elisivo; (d) propositura, pela Emissora e/ou Fiadora, de plano de recuperação extrajudicial; (e) ingresso, pela Emissora e/ou pela Fiadora, em juízo com requerimento de recuperação judicial; ou (f) desde que caracterizem estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, eventos similares aos descritos nas alíneas (a) e (e) acima em outras jurisdições;

(ii) inadimplemento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures, não sanado no prazo de até 02 dias úteis contados da data do respectivo vencimento;

(iii) cancelamento, perda definitiva, revogação, ou não renovação da autorização da Emissora, nos termos da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº226, de 27 de junho de 2008;

(iv) celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

(v) distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na escritura de emissão;

(vi) alteração ou transferência do controle acionário direto da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas;

(vii) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, para a qual não tenha sido obtida anuência prévia dos Debenturistas;

(viii) vencimento antecipado de obrigação financeira da Fiadora, em especial aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$75.000;

(ix) redução de capital da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas;

(x) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanada no prazo de 10 dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;

(xi) protesto de títulos cujo valor individual ou global ultrapasse R\$50.000, ou seu equivalente em moeda estrangeira, conforme o caso, contra a Emissora, ou R\$75.000 ou seu equivalente em moeda estrangeira, conforme o caso, contra a Fiadora, salvo se no prazo de 10 dias contados do conhecimento pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, de referido protesto a Emissora e/ou a Fiadora, conforme o caso, tiver tomado medidas cabíveis para: (a) comprovar que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) que o protesto seja cancelado; ou, ainda (c) que o protesto tenha a sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;

(xii) vencimento antecipado de obrigação financeira da Emissora, em especial aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$3.000;

(xiii) inadimplemento, pela Emissora, desde que observados os respectivos prazos de cura previstos em qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, local ou internacional, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$3.000, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos em até 05 dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de negociação entre as partes e/ou por meio de medida judicial ou arbitral; e

(xiv) não observância: (a) pela Emissora, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD acima de 1,2 vezes, aos finais dos exercícios anuais, a partir de 31 de dezembro de 2017; (b) pela Fiadora, do índice de Dívida Líquida/EBITDA abaixo de 3,5 vezes, aos finais dos semestres terminados em junho e dezembro, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Notas explicativas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas  
19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

| Moeda nacional         | Valor contratado | Data da contratação | Valor liberado | Vigência do contrato    | Finalidade                                 | Covenants                                                                                       | Custo da dívida          | Forma de pagamento        | Garantias                                                                                                                                               | 31/12/2021 |            |                |         | 31/12/2020 |            |                |         |
|------------------------|------------------|---------------------|----------------|-------------------------|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|----------------|---------|------------|------------|----------------|---------|
|                        |                  |                     |                |                         |                                            |                                                                                                 |                          |                           |                                                                                                                                                         | Encargos   | Principal  |                | Total   | Encargos   | Principal  |                | Total   |
|                        |                  |                     |                |                         |                                            |                                                                                                 |                          |                           |                                                                                                                                                         | Circulante | Circulante | Não circulante |         | Circulante | Circulante | Não circulante |         |
| BND                    | 1.410.000        | 10/06/2009          | 1.402.000      | 09/07/2009 a 15/06/2026 | Implantação da usina termelétrica Pecém I. | Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20, apurado anualmente em Dezembro. | 2,77% a.a. acima da TJLP | Principal e juros mensais | a. Penhor de ações;<br>b. Fiança bancária;<br>c. Cessão de direitos e contratos;<br>d. Notas promissórias;<br>e. Hipoteca; e<br>f. Alienação de ativos. | 1.935      | 123.102    | 430.966        | 556.003 | 2.146      | 123.110    | 554.088        | 679.344 |
| (-) Custo de transação | (11.286)         | 10/06/2009          | (11.286)       | 09/07/2009 a 15/06/2026 |                                            |                                                                                                 |                          |                           |                                                                                                                                                         |            | (464)      | (722)          | (1.186) |            | (580)      | (1.186)        | (1.766) |
|                        |                  |                     |                |                         |                                            |                                                                                                 |                          |                           |                                                                                                                                                         | 1.935      | 122.638    | 430.244        | 554.817 | 2.146      | 122.530    | 552.902        | 677.578 |

Os empréstimos e financiamentos de moeda nacional são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O empréstimo em moeda estrangeira e o respectivo *Swap* estão mensurados a valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$556.003 em 31 de dezembro de 2021 (R\$679.344 em 31 de dezembro de 2020).

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 19.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

|                       | Valor líquido em<br>31/12/2020 | Pagamentos/<br>Recebimen-<br>tos | Juros provisio-<br>nados | Transferên-<br>cias | Amortização<br>do custo de<br>transação | Valor líquido em<br>31/12/2021 |
|-----------------------|--------------------------------|----------------------------------|--------------------------|---------------------|-----------------------------------------|--------------------------------|
| <b>Circulante</b>     |                                |                                  |                          |                     |                                         |                                |
| Principal             | 123.110                        | (123.130)                        |                          | 123.122             |                                         | 123.102                        |
| Juros                 | 2.146                          | (45.779)                         | 45.568                   |                     |                                         | 1.935                          |
| Custo de Transação    | (580)                          |                                  |                          | (464)               | 580                                     | (464)                          |
|                       | <u>124.676</u>                 | <u>(168.909)</u>                 | <u>45.568</u>            | <u>122.658</u>      | <u>580</u>                              | <u>124.573</u>                 |
| <b>Não circulante</b> |                                |                                  |                          |                     |                                         |                                |
| Principal             | 554.088                        |                                  |                          | (123.122)           |                                         | 430.966                        |
| Custo de Transação    | (1.186)                        |                                  |                          | 464                 |                                         | (722)                          |
|                       | <u>552.902</u>                 | <u>-</u>                         | <u>-</u>                 | <u>(122.658)</u>    | <u>-</u>                                | <u>430.244</u>                 |

### 19.3 Vencimento das parcelas

| Vencimento            |                |
|-----------------------|----------------|
| <b>Circulante</b>     |                |
| 2022                  | 124.573        |
|                       | <u>124.573</u> |
| <b>Não circulante</b> |                |
| 2023                  | 122.780        |
| 2024                  | 122.894        |
| 2025                  | 123.010        |
| 2026                  | 61.560         |
|                       | <u>430.244</u> |
| Total                 | <u>554.817</u> |

### 20 Encargos Setoriais

|                                  | Nota | Saldo em<br>31/12/2020 | Adições       | Atualização<br>monetária | Pagamentos      | Saldo em<br>31/12/2021 |
|----------------------------------|------|------------------------|---------------|--------------------------|-----------------|------------------------|
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) | 20.1 | 6.371                  | 21.251        | 191                      | (19.041)        | 8.772                  |
| Outros encargos                  |      | 183                    | 2.379         |                          | (2.364)         | 198                    |
| Total                            |      | <u>6.554</u>           | <u>23.630</u> | <u>191</u>               | <u>(21.405)</u> | <u>8.970</u>           |

#### 20.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

A variação de R\$2.401 refere-se principalmente a transferência do saldo do P&D para CDE, conforme mencionado na nota 3.2.1).

#### 21 Ressarcimento por indisponibilidade

O saldo refere-se à provisão para ressarcimento dos períodos os quais a usina não estava disponível quando despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A provisão é reconhecida pelo montante estimado referente à expectativa futura de ressarcimento ao sistema, com base na média móvel da indisponibilidade da usina dos últimos 60 meses incorridos.

Por tratar-se de uma soma de fluxos de desembolsos futuros devidos pela usina pela sua indisponibilidade inferior à referência do leilão, cujos valores são precificados via diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e o Custo Variável Unitário - CVU, a provisão pode variar positiva ou negativamente em função das variações na previsão do Fator de Indisponibilidade - FID, que representa a relação entre a média dos últimos 60 meses das indisponibilidades da usina pela sua disponibilidade de referência definida, PLD e CVU de 60 meses à frente, de maneira diretamente proporcional.

A reversão refere-se a previsão em Prescrição da Cobrança de Valores Líquidos de Contratos que vence em cinco anos a possibilidade de reaver os valores financeiros retidos oriundos dos ressarcimentos, assim sendo, a Porto do Pecém reverteu os valores relativos aos citado período.

A movimentação da rubrica no exercício é a seguinte:

|                  | Saldo em<br>31/12/2020 | Provisão<br>(Reversão) | Pagamentos   | Saldo em<br>31/12/2021 |
|------------------|------------------------|------------------------|--------------|------------------------|
| Ressarcimento    | 5.307                  | (1.999)                | (363)        | 2.945                  |
| Total Circulante | <u>5.307</u>           | <u>(1.999)</u>         | <u>(363)</u> | <u>2.945</u>           |

#### 22 Provisões

| Nota                                     | Circulante |              | Não circulante |               |
|------------------------------------------|------------|--------------|----------------|---------------|
|                                          | 31/12/2021 | 31/12/2020   | 31/12/2021     | 31/12/2020    |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | 22.1       |              | 5.429          | 15.947        |
| Licenças ambientais                      | 22.2       | 4.553        | 7.286          |               |
| Desmantelamento                          | 22.3       |              | 10.671         | 9.925         |
| Total                                    |            | <u>4.553</u> | <u>23.386</u>  | <u>25.872</u> |

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 22.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

#### 22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

|                      | Saldo em<br>31/12/2020 | Constituição | Pagamentos | Reversões<br>(Nota<br>22.1.1.1) | Atualização<br>monetária | Depósitos judiciais    |            |            |
|----------------------|------------------------|--------------|------------|---------------------------------|--------------------------|------------------------|------------|------------|
|                      |                        |              |            |                                 |                          | Saldo em<br>31/12/2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Trabalhistas         | 2.277                  | 99           | (240)      |                                 | 134                      | 2.270                  | 733        | 461        |
| Cíveis               | 11.901                 | 42           | (18)       | (9.249)                         | (1.537)                  | 1.139                  | 679        |            |
| Outros               | 1.769                  |              |            |                                 | 251                      | 2.020                  |            |            |
| Total Não circulante | 15.947                 | 141          | (258)      | (9.249)                         | (1.152)                  | 5.429                  | 1.412      | 461        |

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$439 em 31 de dezembro de 2021.

#### 22.1.1.1 Reversões

O montante de R\$9.249 observado no exercício refere-se a reversão de processo cível, onde a Companhia figurou como parte acusadora e, após análise jurídica, a Companhia manifestou nos autos a desistência desta ação judicial, que foi homologada em juízo.

#### 22.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

|              | Nota     | Depósitos judiciais |            |            |            |
|--------------|----------|---------------------|------------|------------|------------|
|              |          | 31/12/2021          | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Trabalhistas |          | 164                 | 225        |            |            |
| Cíveis       | 22.1.2.1 | 267.666             | 219.928    | 7          | 17         |
| Fiscais      | 22.1.2.2 | 93.808              | 92.329     |            |            |
| Total        |          | 361.638             | 312.482    | 7          | 17         |

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$93.708 em 31 de dezembro de 2021 (R\$91.823 em 31 de dezembro de 2020).

#### 22.1.2.1 Cíveis

##### 22.1.2.1.1 Encargo Hídrico Emergencial - EHE

Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial – EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Companhia apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário – CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Companhia ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Companhia. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Companhia vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº32.305/17 que prorrogou o encargo por prazo indeterminado.

Em 31 de dezembro de 2021 a ação possui o valor estimado total de R\$145.684 (R\$125.692 em 31 de dezembro de 2020). A variação no exercício é decorrente da revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU.

#### 22.1.2.2 Fiscais

Refere-se a discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$93.708 (R\$91.823 em 31 de dezembro de 2020), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento nos Tribunais Superiores.

#### 22.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível e trabalhista em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$454 (R\$1.113 em 31 de dezembro de 2020).

### 22.2 Licenças ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UTE Pecém I, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia efetuou alteração de sua taxa de atualização de IGP-M para IPCA, devido ao indexador refletir atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 10,27% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento.

Em 13 de dezembro de 2018 foi emitida a renovação da Licença de Operação - LO referente à UTE Pecém I junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE. A nova LO (L.O. nº 716/2018-DICOP-GECON) será válida até 12 de dezembro de 2021 e, como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores. O órgão ambiental determina prazos entre 30 e 180 dias para que a Companhia apresente os planos para atendimento às diversas condicionantes.

## Notas explicativas

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em 14 de setembro de 2021 houve renovação da Licença de Operação citada a cima. A nova LO (L.O. nº 406/2021 – DICOP) será válida até 13 de setembro de 2025 e, como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs estabelecidas pela LO. O órgão ambiental determina prazo de até 180 dias para que a Companhia apresente os planos para atendimento às diversas condicionantes.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, como máquinas e equipamentos, e depreciadas pela vida útil dessas máquinas. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$14.000 (R\$20.408 em 31 de dezembro de 2020). Deste montante, R\$5.027 (R\$4.224 em 31 de dezembro de 2020) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$8.973 (R\$16.184 em 31 de dezembro de 2020) são substancialmente relativos a gastos com tratamento de água, gestão de resíduos e proteção do ar e clima, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

| Licenças ambientais | Saldo em<br>31/12/2020 | Adições | Pagamentos | Atualização<br>monetária | Transferên-<br>cia | Ajuste a valor<br>presente | Reversão | Saldo em<br>31/12/2021 |
|---------------------|------------------------|---------|------------|--------------------------|--------------------|----------------------------|----------|------------------------|
| Circulante          | 17.888                 | 503     | (3.593)    | (2.725)                  | (783)              | 245                        | (6.982)  | 4.553                  |
| Não circulante      | -                      | 6.503   | -          | -                        | 783                | -                          | -        | 7.286                  |
| Total               | 17.888                 | 7.006   | (3.593)    | (2.725)                  | -                  | 245                        | (6.982)  | 11.839                 |

### 22.3 Desmantelamento

O Desmantelamento foi constituído para fazer face à responsabilidade relativa às despesas com a reposição dos locais ocupados pela usina em seu estado original. Esta provisão foi calculada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e é registrada em contrapartida do Imobilizado (Nota 14). Anualmente, a provisão está sujeita a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até o fim da autorização de funcionamento da usina, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

## 23 Patrimônio líquido

### 23.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.368.999 e está representado por 2.368.999 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado, sendo a totalidade das ações nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

### 23.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

|                                      | Nota   | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------------------|--------|------------|------------|
| <b>Lucro a ser destinado:</b>        |        |            |            |
| Lucro líquido apurado no exercício   |        | 246.560    | 294.938    |
| Lucro líquido ajustado               |        | 246.560    | 294.938    |
| Constituição da reserva legal        | 23.3   | (12.328)   | (14.747)   |
|                                      |        | 234.232    | 280.191    |
| <b>Destinação do lucro:</b>          |        |            |            |
| Dividendos intermediários - JSCP     | 17     | 125.184    | 121.309    |
| Reserva de incentivo fiscal (SUDENE) | 27.2   | 37.763     | 48.824     |
| Lucro do exercício a deliberar       | 23.3.2 | 71.285     | 110.058    |
|                                      |        | 234.232    | 280.191    |

### 23.3 Reservas

|                                | Nota   | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------------|--------|------------|------------|
| Reservas de lucros             |        |            |            |
| Legal                          | 23.2   | 36.411     | 24.083     |
| Retenção de lucros             | 23.3.1 | 110.058    | -          |
| Lucro do exercício a deliberar | 23.3.2 | 71.285     | 110.058    |
| Incentivos fiscais             | 27.2   | 148.081    | 110.318    |
|                                |        | 365.835    | 244.459    |

#### 23.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

#### 23.3.2 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



24

### Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

|                                     |        | MWh (*)          |                  | R\$              |                  |
|-------------------------------------|--------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                     | Nota   | 2021             | 2020             | 2021             | 2020             |
| Suprimento de energia elétrica      |        |                  |                  |                  |                  |
| Receita fixa                        |        | 5.387.400        | 5.402.160        | 889.267          | 916.633          |
| Receita variável                    | 24.1.1 | 3.403.604        | 1.585.963        | 1.418.230        | 264.467          |
| Suprimento de energia               | 24.1.2 | 987.620          | 2.537.110        | 129.648          | 198.604          |
| Energia de curto prazo              |        |                  |                  |                  |                  |
| Serviços ancilares                  |        |                  |                  |                  | (1.227)          |
| Venda de energia                    | 24.1.2 | 121.955          | 8.403            | 186.081          | 562.244          |
| Ressarcimento por indisponibilidade | 21     |                  |                  | 1.999            | 34.338           |
| Outras receitas operacionais        |        |                  |                  | 1.357            | 1.442            |
| <b>Receita operacional bruta</b>    |        | <b>9.900.579</b> | <b>9.533.636</b> | <b>2.626.582</b> | <b>1.976.501</b> |
| (-) Deduções à receita operacional  |        |                  |                  |                  |                  |
| Tributos sobre a receita            |        |                  |                  |                  |                  |
| ICMS                                |        |                  |                  | (23.779)         | (12.562)         |
| PIS/COFINS                          |        |                  |                  | (242.195)        | (205.675)        |
| ISS                                 |        |                  |                  | (80)             | (60)             |
| P&D                                 |        |                  |                  | (21.251)         | (10.965)         |
| Outros encargos                     |        |                  |                  | (2.379)          | (2.203)          |
|                                     |        | -                | -                | (289.684)        | (231.465)        |
| <b>Receitas</b>                     |        | <b>9.900.579</b> | <b>9.533.636</b> | <b>2.336.898</b> | <b>1.745.036</b> |

24.1

### Suprimento de energia elétrica

24.1.1

#### Receita variável

Conforme mencionado nas notas 6.1 e 10.2, devido ao cenário de escassez hídrica em 2021 (Nota 3.1), a Companhia foi despachada substancialmente e apresentou, portanto, aumento expressivo de receita variável, considerando aumento no custo do carvão, com respectivo impacto no CVU. Em 2021, o CVU médio de 359,84R\$/Mwh em 2021 frente a 147,45R\$/Mwh em 2020.

24.1.2

#### Suprimento de energia e Venda de Energia

Em relação ao suprimento de energia, ocorreu redução devido a, em 2020, a Companhia ter efetivado contratos para suprir o consumo interno (Nota 25.1.1) e vendeu o excedente. Já em 2021, estes contratos não foram necessários, uma vez que a Companhia foi despachada pelo ONS a maior parte do exercício.

25

### Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação, da produção e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, custo da matéria prima consumida, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisão para crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

| 2021                                                       |                      |             |             |                          |        |           |
|------------------------------------------------------------|----------------------|-------------|-------------|--------------------------|--------|-----------|
| Nota                                                       | Custo do serviço     |             |             | Despesas operacionais    |        | Total     |
|                                                            | Com energia elétrica | Da produção | De operação | Gerais e administrativas | Outras |           |
| Energia elétrica comprada para revenda                     | 25.1                 | 288.364     |             |                          |        | 288.364   |
| Encargos de uso da rede elétrica                           |                      | 82.955      |             |                          |        | 82.955    |
| Custo da matéria prima consumida                           | 25.2                 |             | 1.330.112   |                          |        | 1.330.112 |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | 25.3                 |             | 40.946      | 13.804                   |        | 54.750    |
| Material                                                   |                      |             | 19.711      | 929                      |        | 20.640    |
| Serviços de terceiros                                      | 25.4                 |             | 39.573      | 8.892                    |        | 48.465    |
| Depreciação - Imobilizado em serviço                       |                      |             | 184.344     | 41                       |        | 184.385   |
| Depreciação - Ativos de direito de uso                     |                      |             |             | 1.147                    |        | 1.147     |
| Amortização                                                |                      |             | (2.294)     | 206                      |        | (2.088)   |
| Arrendamentos e aluguéis                                   | 13.5                 |             | (212)       | (168)                    |        | (380)     |
| Outras                                                     |                      | 685         | 7.581       | 1.341                    | (820)  | 8.787     |
| Total                                                      |                      | 372.004     | 1.330.112   | 26.192                   | (820)  | 2.017.137 |

  

| 2020                                                       |                      |             |             |                          |        |           |
|------------------------------------------------------------|----------------------|-------------|-------------|--------------------------|--------|-----------|
| Nota                                                       | Custo do serviço     |             |             | Despesas operacionais    |        | Total     |
|                                                            | Com energia elétrica | Da produção | De operação | Gerais e administrativas | Outras |           |
| Energia elétrica comprada para revenda                     | 25.1                 | 726.367     |             |                          |        | 726.367   |
| Encargos de uso da rede elétrica                           |                      | 76.865      |             |                          |        | 76.865    |
| Custo da matéria prima consumida                           | 25.2                 |             | 251.005     |                          |        | 251.005   |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | 25.3                 |             | 36.737      | 13.820                   |        | 50.557    |
| Material                                                   |                      |             | 13.672      | 1.087                    |        | 14.759    |
| Serviços de terceiros                                      | 25.4                 |             | 28.580      | 7.801                    |        | 36.381    |
| Depreciação - Imobilizado em serviço                       |                      |             | 180.150     | 2.029                    |        | 182.179   |
| Depreciação - Ativos de direito de uso                     |                      |             |             | 5.223                    |        | 5.223     |
| Amortização                                                |                      |             | 5.580       |                          |        | 5.580     |
| Arrendamentos e aluguéis                                   | 13.5                 |             | 1.435       | 433                      |        | 1.868     |
| Outras                                                     |                      | 947         | (9.147)     | 14.983                   | (798)  | 5.985     |
| Total                                                      |                      | 804.179     | 251.005     | 257.007                  | (798)  | 1.356.769 |

### 25.1 Energia elétrica comprada para revenda

| Nota                                          | 2021   | 2020     |
|-----------------------------------------------|--------|----------|
| Contratos de compra de energia por quantidade | 25.1.1 | 317.406  |
| Energia de curto prazo                        |        | 378      |
| Encargo de Energia de Reserva - EER           |        | 7        |
| Outros                                        |        | (35)     |
| (-) Créditos de PIS/COFINS                    |        | (29.392) |
| Total                                         |        | 288.364  |

### 25.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A redução nos contratos de compra de energia por quantidade ocorreu pelo fato de a Companhia ter efetuado menor volume de operações de swap de submercado e recomposição de lastro no exercício, quando comparado a 2020, onde a Companhia teve mais exposição para mitigar e foi menos despachada.

### 25.2 Custo da matéria prima consumida

Conforme mencionado na nota 10.1, o aumento na rubrica da matéria prima consumida explica-se, substancialmente, pelo aumento do estoque necessário para suportar o volume de geração despachada por parte do órgão regulador (ONS), quando comparado ao exercício de 2020, devido ao cenário de escassez hídrica de 2021 (Nota 3.1), além da alta dos preços do carvão e da taxa de câmbio no período.

### 25.3 Pessoal e Administradores

|                                            | 2021   | 2020   |
|--------------------------------------------|--------|--------|
| Pessoal                                    |        |        |
| Remuneração                                | 25.906 | 25.332 |
| Encargos                                   | 9.119  | 8.808  |
| Previdência privada - Corrente             | 689    | 788    |
| Despesas rescisórias                       | 647    | 944    |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | 3.699  | 4.164  |
| Outros benefícios - Corrente               | 11.170 | 7.811  |
| Outros                                     | 48     | 18     |
|                                            | 51.278 | 47.865 |
| Administradores                            |        |        |
| Honorários e encargos                      | 2.959  | 2.239  |
| Benefícios dos administradores             | 513    | 453    |
|                                            | 3.472  | 2.692  |
|                                            | 54.750 | 50.557 |

### 25.4 Serviços de terceiros

| Nota                             | 2021    | 2020    |
|----------------------------------|---------|---------|
| Serviços de consultoria          | 1.729   | 1.860   |
| Serviços de manutenção           | 34.452  | 26.120  |
| Serviços de limpeza e vigilância | 5.231   | 4.214   |
| Serviços de informática          | 2.827   | 2.439   |
| Serviços de transporte           | 726     | 921     |
| Serviços Compartilhados          | 4.578   | 3.711   |
| (-) Crédito de PIS/COFINS        | (3.392) | (6.683) |
| Outros                           | 2.314   | 3.799   |
|                                  | 48.465  | 36.381  |

**Notas explicativas**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

**26 Resultado financeiro**

|                                           | Nota | 2021            | 2020            |
|-------------------------------------------|------|-----------------|-----------------|
| <b>Receitas financeiras</b>               |      |                 |                 |
| Juros e variações monetárias              |      |                 |                 |
| Renda de aplicações financeiras e cauções |      | 4.702           | 5.829           |
| Juros e multa sobre tributos              | 7    | 1.409           | 2.694           |
| Arrendamentos e aluguéis                  |      |                 | 715             |
| Outros juros e variações monetárias       |      | 2.479           |                 |
| (-) Tributos sobre Receitas financeiras   |      | (784)           | (495)           |
| Outras receitas financeiras               |      | 22              | 2.361           |
|                                           |      | <u>7.868</u>    | <u>11.104</u>   |
| <b>Despesas financeiras</b>               |      |                 |                 |
| Encargos de dívida                        |      |                 |                 |
| Empréstimos e financiamentos              | 19.2 | (46.148)        | (58.247)        |
| Debêntures                                | 18.2 | (10.025)        | (18.595)        |
| Juros e multa sobre tributos              | 7    | (86)            | (32)            |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas  | 22.1 | 1.152           | (2.193)         |
| Arrendamentos e aluguéis                  | 13.5 | (1.855)         |                 |
| Outros juros e variações monetárias       |      |                 | (4.853)         |
| Variações em moeda estrangeira            | 10.2 | (24.521)        | (5.425)         |
| Ajustes a valor presente                  |      | (746)           | (684)           |
| Outras despesas financeiras               |      | (2.998)         | (1.659)         |
|                                           |      | <u>(85.227)</u> | <u>(91.656)</u> |
|                                           |      | <u>(77.359)</u> | <u>(80.552)</u> |

**27 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

|                                                      | Nota | 2021         | 2020            |
|------------------------------------------------------|------|--------------|-----------------|
| Lucro antes dos tributos sobre o Lucro               |      | 242.402      | 307.715         |
| Alíquota                                             |      | 34%          | 34%             |
| IRPJ e CSLL                                          |      | (82.417)     | (104.623)       |
| <b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>      |      |              |                 |
| IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes    |      |              |                 |
| Doações                                              |      | (298)        | (66)            |
| Perdas indedutíveis                                  |      | (350)        |                 |
| Juros sobre o capital próprio                        |      | 42.563       | 41.245          |
| Outras                                               |      | 140          | (303)           |
| Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores | 27.1 | 4.775        | 438             |
| SUDENE                                               | 27.2 | 39.226       | 50.011          |
| Outras                                               |      | 519          | 521             |
| Despesa de IRPJ e CSLL                               |      | <u>4.158</u> | <u>(12.777)</u> |
| Alíquota Efetiva                                     |      | -1,7%        | 4,2%            |

**27.1 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores**

Do montante total de R\$4.775 em 31 de dezembro de 2021, R\$2.562 refere-se ao ajuste de IRPJ e CSLL referente ao P&D do ano de 2020, R\$1.464 negativo refere-se aos recálculos do incentivo do Lucro da Exploração SUDENE do ano de 2020, e R\$3.677 é decorrente de provisão de crédito de IR e CS sobre indêbitos tributários apropriados (Nota 3.3).

**27.2 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE**

Em 4 de agosto de 2016 a Companhia obteve junto à SUDENE o Laudo Constitutivo nº 87/2016, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2016.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício, como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao CPC 07 (R1) – Subvenções e Assistências Governamentais, e registrados em contrapartida da Reserva de Incentivos Fiscais.

**28 Resultado por ação**

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

|                                                                                           | 2021           | 2020           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas                                  | 246.560        | 294.938        |
| Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) | 2.368.999      | 2.368.999      |
| Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)                                         | <u>0,10408</u> | <u>0,12450</u> |

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 29 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

#### 29.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

#### 29.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

|                                                      | Nota | Níveis  | Valor justo |            | Valor contábil |            |  |  |
|------------------------------------------------------|------|---------|-------------|------------|----------------|------------|--|--|
|                                                      |      |         | 31/12/2021  | 31/12/2020 | 31/12/2021     | 31/12/2020 |  |  |
| <b>Ativos financeiros</b>                            |      |         |             |            |                |            |  |  |
| <b>Valor justo por meio do resultado</b>             |      |         |             |            |                |            |  |  |
| Títulos e valores mobiliários                        | 5    | Nível 2 | 11.722      | 153.987    | 11.722         | 153.987    |  |  |
| <b>Obrigações</b>                                    |      |         |             |            |                |            |  |  |
| Outros créditos - Derivativos                        | 13   | Nível 2 | 935         | 935        | 935            | 935        |  |  |
|                                                      |      |         | 12.657      | 154.922    | 12.657         | 154.922    |  |  |
| <b>Custo amortizado</b>                              |      |         |             |            |                |            |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa                        | 4    |         |             |            |                |            |  |  |
| Bancos conta movimento                               |      | Nível 2 | 18.372      | 2.093      | 18.372         | 2.093      |  |  |
| Concessionárias                                      | 6    | Nível 2 | 325.730     | 395.803    | 325.730        | 395.803    |  |  |
| Outros créditos - Partes relacionadas                | 13   | Nível 2 | 1.514       | 1.736      | 1.514          | 1.736      |  |  |
|                                                      |      |         | 345.616     | 399.632    | 345.616        | 399.632    |  |  |
|                                                      |      |         | 358.273     | 554.554    | 358.273        | 554.554    |  |  |
| <b>Passivos Financeiros</b>                          |      |         |             |            |                |            |  |  |
| <b>Valor justo por meio do resultado</b>             |      |         |             |            |                |            |  |  |
| <b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b> |      |         |             |            |                |            |  |  |
| Derivativos                                          | 13   | Nível 2 |             | 582        |                | 582        |  |  |
|                                                      |      |         | -           | 582        | -              | 582        |  |  |
| <b>Custo amortizado</b>                              |      |         |             |            |                |            |  |  |
| Fornecedores                                         | 16   | Nível 2 | 195.136     | 293.860    | 195.136        | 293.860    |  |  |
| Debêntures                                           | 18   | Nível 2 |             | 167.575    |                | 165.665    |  |  |
| Ressarcimento por indisponibilidade                  | 21   | Nível 2 | 2.945       | 5.307      | 2.945          | 5.307      |  |  |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas    | 19   |         |             |            |                |            |  |  |
| Moeda nacional                                       |      | Nível 2 | 554.817     | 677.578    | 554.817        | 677.578    |  |  |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas          | 13   | Nível 2 | 3.244       | 6.294      | 3.244          | 6.294      |  |  |
| Arrendamentos e aluguéis                             | 13.5 | Nível 2 | 14.772      | 17.027     | 14.767         | 13.668     |  |  |
| Licenças ambientais                                  | 22.2 | Nível 2 | 12.337      | 17.955     | 11.839         | 17.888     |  |  |
|                                                      |      |         | 783.251     | 1.185.596  | 782.748        | 1.180.260  |  |  |
|                                                      |      |         | 783.251     | 1.186.178  | 782.748        | 1.180.842  |  |  |

#### 29.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

##### • Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

**29.1.1.2 Passivos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

**29.1.2 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 19), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures, dos Arrendamentos de aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

**29.1.2.1 Mensuração a valor justo**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

**29.1.3 Instrumentos financeiros derivativos**

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido. Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito destes derivativos:

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

edp

| Descrição | Contraparte | Vigência                | Posição             | Nacional USD |            | Nacional R\$ |            | Valor Justo | Efeitos no Resultado |            |
|-----------|-------------|-------------------------|---------------------|--------------|------------|--------------|------------|-------------|----------------------|------------|
|           |             |                         |                     | 31/12/2021   | 31/12/2020 | 31/12/2021   | 31/12/2020 | 31/12/2020  | 31/12/2021           | 31/12/2020 |
| NDFs      |             |                         |                     |              |            |              |            |             |                      |            |
| Compra    | Citibank    | 06/04/2020 a 01/10/2020 | BRL/USD 5,2902      |              |            |              |            |             |                      | 82         |
| Venda     |             |                         |                     | -            | -          | -            | -          | -           | -                    | (82)       |
| Compra    | Itaú        | 06/04/2020 a 03/11/2020 | BRL/USD 5,2927      |              |            |              |            |             |                      | 325        |
| Venda     |             |                         |                     | -            | -          | -            | -          | -           | -                    | (325)      |
| Compra    | Citibank    | 06/04/2020 a 01/12/2020 | BRL/USD 5,2940      |              |            |              |            |             |                      | 274        |
| Venda     |             |                         |                     | -            | -          | -            | -          | -           | -                    | (274)      |
| Compra    | Citibank    | 06/04/2020 a 04/01/2021 | BRL/USD 5,3076      |              | 4.902      |              | 25.470     | 794         | 794                  |            |
| Venda     |             |                         |                     | -            | (4.902)    | -            | (25.470)   | 794         | (794)                | -          |
| Compra    | Citibank    | 06/04/2020 a 01/02/2021 | BRL/USD 5,3289      |              | 1.009      |              | 5.245      | 141         | (28)                 |            |
| Venda     |             |                         |                     | -            | (1.009)    | -            | (5.245)    | 141         | 28                   | -          |
| Compra    | Citibank    | 06/04/2020 a 01/06/2020 | BRL/USD 5,2632      |              |            |              |            |             |                      | 167        |
| Venda     |             |                         |                     | -            | -          | -            | -          | -           | -                    | (167)      |
| Compra    | Citibank    | 10/11/2020 a 22/01/2021 | BRL/USD 5,3747      |              | 3.100      |              | 16.109     | (582)       |                      |            |
| Venda     |             |                         |                     | -            | 3.100      | -            | 16.109     | (582)       | -                    | -          |
| Compra    | Citibank    | 16/04/2021 a 01/06/2021 | BRL/USD 5,6020      |              |            |              |            |             | 2.400                |            |
| Venda     |             |                         |                     | -            | -          | -            | -          | -           | (2.400)              | -          |
| Compra    | Citibank    | 16/04/2021 a 01/07/2021 | BRL/USD 5,6105      | 11.386       |            | 56.952       |            |             | 6.588                |            |
| Venda     |             |                         |                     | (11.386)     | -          | (56.952)     | -          | -           | (6.588)              | -          |
| Compra    | Itaú        | 16/04/2021 a 01/08/2021 | BRL/USD 5,6245      | 1.316        |            | 6.584        |            |             | 616                  |            |
| Venda     |             |                         |                     | (1.316)      | -          | (6.584)      | -          | -           | (616)                | -          |
| PUT       |             |                         |                     |              |            |              |            |             |                      |            |
| Compra    | BTG Pactual | 22/04/2021 a 01/06/2021 | API2* 66,75 USD/ton | 8.310        |            | 41.565       |            |             | 350                  |            |
| Venda     |             |                         |                     | 8.310        | -          | 41.565       | -          | -           | 350                  | -          |
| Compra    | BTG Pactual | 22/04/2021 a 01/07/2021 | API2* 67,26 USD/ton | 12.352       |            | 61.784       |            |             | 1.496                |            |
| Venda     |             |                         |                     | 12.352       | -          | 61.784       | -          | -           | 1.496                | -          |
| Compra    | BTG Pactual | 22/04/2021 a 02/08/2021 | API2* 67,63 USD/ton | 1.436        |            | 7.182        |            |             | 269                  |            |
| Venda     |             |                         |                     | (1.436)      | -          | (7.182)      | -          | -           | 269                  | -          |
|           |             |                         |                     |              |            |              |            | 353         | (8.255)              | (848)      |

Os impactos dos ganhos e perdas, por tipo de proteção, foram os seguintes:

|                                       | Resultado |       |
|---------------------------------------|-----------|-------|
|                                       | 2021      | 2020  |
| Derivativos com propósito de proteção |           |       |
| Riscos cambiais                       | 8.256     | (848) |
| Total                                 | 8.256     | (848) |

### 29.1.3.1 Non-Deliverable Forward - NDF

Os contratos de NDFs - *hedge accounting* são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

A Companhia contratou em 16 de abril de 2021 operações de derivativos no montante de USD10,3 milhões com o objetivo de mitigar o risco de descamento do *pass-through* entre receita variável e custo de aquisição de estoque de carvão. A receita variável foi mensurada, dentre outros fatores pelo CVU, que tem como variáveis de cálculo o valor do carvão em dólar (carvão mineral importado) e a taxa de câmbio USD/BRL. A estratégia da Companhia foi reduzir a exposição da variável de câmbio, uma vez que, conforme fórmula aplicada pelo regulador, a valorização do real frente ao dólar diminui o valor do CVU e, por consequência, reduz o valor da Receita Variável. Os prazos e montantes foram alinhados com a previsão de despacho da usina.

### 29.1.3.2 Opções de venda - PUT Options

Confere ao seu titular o direito de vender a um determinado preço, um ativo específico que foi discriminado no ato do contrato, no qual possui um tempo pré-determinado para o seu vencimento.

A Companhia contratou em 22 de abril de 2021 operação de derivativo via compra de PUTs no montante de USD22,1 milhões com o objetivo de mitigar o risco de variação no preço do Carvão API2 e o risco de descamento do *pass-through* entre receita variável e custo de aquisição de estoque de carvão.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 29.2 Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP – Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP – Energias do Brasil possui uma área de Gestão de Riscos e Segurança, responsável por gerências Executivas de Riscos e Crise, Cyber Segurança e Segurança do Trabalho, a qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios. As atividades de gestão de risco, Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna da EDP Brasil seguem o conceito A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma de Riscos Corporativos, documentos esses atualizados no exercício de 2021 e aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos.

O Grupo EDP - Energias do Brasil atualiza anualmente seu Mapa de Riscos atualizado, de forma colegiada pela Liderança e aprovado no Comitê de Auditoria. Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro grupos: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro; (4) Operacional e desdobrados em 50 categorias de risco.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

#### 29.2.1 Risco operacional

A Companhia apresenta, como risco operacional, a eventual escassez de insumos, dentre eles, de carvão. A UTE Porto do Pecém utiliza o insumo de carvão mineral, sendo a origem usualmente de minas colombianas. Seus contratos de compra de carvão são firmados para o prazo mínimo de um ano, prevendo, além das minas habilitadas da Colômbia, origens de outros lugares do mundo de forma a mitigar possíveis riscos de produção, como greves, eventos climáticos e maiores contingências do minerador.

Outro risco que a Companhia pode ter é o de escassez de água, devido a ter seu abastecimento - fornecido pela Companhia Gestora de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) - advindo de águas superficiais, a partir das bacias do sistema Jaguaribe-metropolitano, que depende principalmente das recargas pluviométricas. Tal abastecimento é realizado por meio de contrato firmado entre as partes, o qual estabelece o fornecimento de água para um volume inferior ou igual ao montante outorgado, (500l/s para Pecém I) que é suficiente para atender a demanda requerida pelos processos do complexo termelétrico.

O referido contrato poderá ser sobrescrito, conforme Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos em seu artigo 1º inc. III, a qual estabelece em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais. Desta forma, mediante ao cenário hídrico do Estado Ceará que vem sendo impactado por sucessivos períodos de estiagem ocorridos nos últimos 8 anos, que reduziram os níveis dos reservatórios, algumas sanções no abastecimento foram impostas como também a implicação de uma sobretaxa em caráter contingencial na tarifa de água cobrada pela concessionária.

Desde então várias ações de mitigação foram tomadas pela Companhia, visando a redução do consumo de água como também o favorecimento do reuso do efluente gerado pelas unidades geradoras. Tais ações resultaram numa redução de mais de 10% do volume de água consumida pelo complexo e no reaproveitamento de quase 40% do efluente gerado.

Além disso, a Companhia faz a gestão de estoques considerando limites mínimos e máximos de segurança de forma que, para quaisquer contingências ou mudanças da demanda futura, sejam absorvidas sem maiores riscos.

#### 29.2.2 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 18 e 19, possuem como contraparte o Simplific Pavarani Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui um risco de mercado associado a CDI e TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 3.2) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no exercício, não há incremento de risco significativo de mercado, conforme exposto acima.

#### 29.2.2.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

|                                      |       | Aging cenário provável |           |            | Cenário (I) | Cenário (II)            | Cenário (III)           | Cenário (IV)            | Cenário (V)             |
|--------------------------------------|-------|------------------------|-----------|------------|-------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
|                                      |       | Saldo da exposição     | Até 1 ano | 2 a 5 anos | Provável    | Aumento do risco em 25% | Aumento do risco em 50% | Redução do risco em 25% | Redução do risco em 50% |
| Operação                             | Risco |                        |           |            |             |                         |                         |                         |                         |
| Títulos e valores mobiliários        | CDI   | 11.722                 | 1.132     |            | 1.132       | 280                     | 560                     | (281)                   | (564)                   |
| Instrumentos financeiros ativos      | CDI   | 11.722                 | 1.132     |            | 1.132       | 280                     | 560                     | (281)                   | (564)                   |
|                                      |       | 11.722                 | 1.132     | -          | 1.132       | 280                     | 560                     | (281)                   | (564)                   |
| Operação                             | Risco |                        |           |            |             |                         |                         |                         |                         |
| Empréstimos e financiamentos - BNDES | TJLP  | (556.003)              | (44.368)  | (61.229)   | (105.597)   | (17.338)                | (34.453)                | 17.568                  | 35.371                  |
| Instrumentos financeiros passivos    | TJLP  | (556.003)              | (44.368)  | (61.229)   | (105.597)   | (17.338)                | (34.453)                | 17.568                  | 35.371                  |
|                                      |       | (556.003)              | (44.368)  | (61.229)   | (105.597)   | (17.338)                | (34.453)                | 17.568                  | 35.371                  |

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 6,9% e 11,2% a.a.; e TJLP entre 5,4% e 6,5% a.a.

### 29.2.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 18 e 19.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa (Nota 4) sendo que a Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata; (ii) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5) que referem-se a aplicação em fundo de investimentos de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo; e (iii) Concessionárias (Nota 6), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 31.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

|                                                   | 31/12/2021 |                |                    |               |                | 31/12/2020 |
|---------------------------------------------------|------------|----------------|--------------------|---------------|----------------|------------|
|                                                   | Até 1 mês  | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total      |
| <b>Passivos financeiros</b>                       |            |                |                    |               |                |            |
| Fornecedores                                      | 161.867    | 1.363          | 31.906             |               |                | 195.136    |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas       |            |                | 251.862            | 1.382         |                | 253.244    |
| Debêntures                                        |            |                |                    |               |                | -          |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 6.918      | 13.301         | 104.354            | 430.244       |                | 554.817    |
| Derivativos                                       |            |                |                    |               |                | -          |
| Ressarcimento por indisponibilidade               |            |                | 2.945              |               |                | 2.945      |
| Arrendamentos e aluguéis                          | 834        | 873            | 7.294              | 4.414         | 1.352          | 14.767     |
| Licenças ambientais                               | 370        | 691            | 3.492              | 7.286         |                | 11.839     |
|                                                   | 169.989    | 16.228         | 401.853            | 443.326       | 1.352          | 1.032.748  |

### 29.2.3.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 18 e 19. Em 31 de dezembro de 2021 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidas em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 31.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

### 29.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

#### • Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

#### • Caixa, Equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 5).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

### 29.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARCE) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 29.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarçar as dívidas existentes.

|                                      | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Total dos empréstimos e debêntures   | 554.817    | 843.243    |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa    | (18.372)   | (2.093)    |
| (-) Títulos e valores mobiliários    | (11.722)   | (153.987)  |
| Dívida líquida                       | 524.723    | 687.163    |
| Total do Patrimônio Líquido          | 2.734.834  | 2.613.691  |
| Total do capital                     | 3.259.557  | 3.300.854  |
| Índice de alavancagem financeira - % | 16,10%     | 20,82%     |

### 30 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

#### 30.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

|                                                                                      | Notas | Saldo em<br>31/12/2020 | Efeito caixa | Efeito não caixa             |                    | Saldo em<br>31/12/2021 |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-------|------------------------|--------------|------------------------------|--------------------|------------------------|
|                                                                                      |       |                        |              | Ajuste a valor<br>de mercado | Adições/<br>Baixas |                        |
| <b>Aumento (diminuição) de passivos de financiamento</b>                             |       |                        |              |                              |                    |                        |
| Dividendos                                                                           | 17    | 103.113                | (103.113)    |                              | 106.406            | 106.406                |
| Debêntures                                                                           | 18    | 165.665                | (175.690)    |                              | 10.025             | -                      |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas                                    | 19    | 677.578                | (168.909)    |                              | 46.148             | 554.817                |
| Arrendamentos e aluguéis                                                             | 13.5  | 13.668                 | (10.353)     | 1.855                        | 9.597              | 14.767                 |
| <b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)</b> |       | 960.024                | (458.065)    | 1.855                        | 172.176            | 675.990                |

|                                                                                      | Saldo em<br>31/12/2019 | Efeito caixa | Efeito não caixa                   |                              |                    | Saldo em<br>31/12/2020 |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|--------------|------------------------------------|------------------------------|--------------------|------------------------|
|                                                                                      |                        |              | Variação<br>monetária e<br>cambial | Ajuste a valor<br>de mercado | Adições/<br>Baixas |                        |
| <b>Aumento (diminuição) de passivos de financiamento</b>                             |                        |              |                                    |                              |                    |                        |
| Dividendos                                                                           | 93.500                 | (129.371)    |                                    |                              | 138.984            | 103.113                |
| Debêntures                                                                           | 331.975                | (184.905)    |                                    |                              | 18.595             | 165.665                |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas                                    | 885.581                | (266.250)    |                                    |                              | 58.247             | 677.578                |
| Arrendamentos e aluguéis                                                             | 23.403                 | (9.238)      | (2.205)                            | 1.490                        | 218                | 13.668                 |
| <b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)</b> | 1.334.459              | (589.764)    | (2.205)                            | 1.490                        | 216.044            | 960.024                |

#### 30.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

|                                                          | 2021    | 2020    |
|----------------------------------------------------------|---------|---------|
| Constituição de dividendos e JSCP a pagar                | 106.406 | 103.113 |
| Capitalização no imobilizado                             | 9.249   | 1.669   |
| Provisão para custos com licença ambiental no intangível | 24      | 1.856   |
| Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado  | 9.597   | 218     |
| Total                                                    | 125.276 | 106.856 |

### 31 Compromissos contratuais e Garantias

#### 31.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

|                                                 | 31/12/2021 |             |             | A partir de<br>2027 | Total Geral | 31/12/2020  |
|-------------------------------------------------|------------|-------------|-------------|---------------------|-------------|-------------|
|                                                 | 2022       | 2023 e 2024 | 2025 e 2026 |                     |             | Total Geral |
| Responsabilidades com locações operacionais     | 2.041      | 479         | 347         |                     | 2.867       | 2.878       |
| Obrigações de compra                            |            |             |             |                     |             |             |
| Compra de Energia                               | 267.258    | 5.250       | 97          | 361                 | 272.966     | 2.242       |
| Materiais e serviços                            | 211.589    | 237.127     | 70.794      | 31.242              | 550.752     | 490.946     |
| Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos | 44.368     | 45.708      | 8.511       |                     | 98.587      | 134.267     |
|                                                 | 525.256    | 288.564     | 79.749      | 31.603              | 925.172     | 630.333     |

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



|                                                 | 31/12/2021 |             |             | A partir de 2027 | 31/12/2020  |             |
|-------------------------------------------------|------------|-------------|-------------|------------------|-------------|-------------|
|                                                 | 2022       | 2023 e 2024 | 2025 e 2026 |                  | Total Geral | Total Geral |
| Responsabilidades com locações operacionais     | 1.980      | 516         | 434         |                  | 2.930       | 2.902       |
| Obrigações de compra                            |            |             |             |                  |             |             |
| Compra de Energia                               | 253.603    | 5.663       | 121         | 729              | 260.116     | 2.243       |
| Materiais e serviços                            | 205.287    | 254.894     | 88.708      | 43.832           | 592.721     | 529.841     |
| Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos | 38.517     | 48.163      | 10.838      |                  | 97.518      | 136.803     |
|                                                 | 499.387    | 309.236     | 100.101     | 44.561           | 953.285     | 671.789     |

### 31.2 Garantias

A Companhia apresenta outras garantias na modalidade ações judiciais, em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$664 (R\$494 em 31 de dezembro de 2020). Os valores de garantia de Debêntures (Nota 18) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 19), estão demonstrados em suas respectivas notas.

### 32 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

|                         | 31/12/2021     |                              | 31/12/2020     |                              |
|-------------------------|----------------|------------------------------|----------------|------------------------------|
|                         | Valor em risco | Limite máximo de indenização | Valor em risco | Limite máximo de indenização |
| Subestações             | 69.270         | 69.270                       | 69.270         | 69.270                       |
| Usinas                  | 4.891.168      | 1.818.845                    | 5.398.997      | 1.887.200                    |
| Responsabilidade civil  | -              | 50.000                       | 50.000         | 50.000                       |
| Transportes (materiais) | 26.602         | 16.123                       | 26.602         | 16.123                       |
| Transportes (veículos)  | 360            | 360                          | 360            | 360                          |
| Seguro de vida          | 30.505         | (*)                          | 29.462         | (*)                          |
| Lucros cessantes        | 299.747        | 149.924                      | 337.341        | 188.720                      |

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$731 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade Civil Ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (ii) Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores, com cobertura de até R\$247.595; e
- (iii) Responsabilidade Civil de Riscos Cibernéticos, com cobertura de até R\$5.611.

\* \* \*

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**João Manuel Veríssimo Marques da Cruz**  
Conselheiro

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Conselheiro

**Carlos Emanuel Baptista Andrade**  
Conselheiro

**Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire**  
Conselheiro

**Pablo Arguelles Tuñon**  
Conselheiro

**Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho**  
Conselheiro

## DIRETORIA ESTATUTÁRIA

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Diretor-Presidente

**Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho**  
Diretor de Construção e Operação

**Gustav Costa**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**André Luis Nunes de Mello Almeida**  
Diretor

## CONTABILIDADE

**Leandro Carron Rigamonte**  
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos  
(Corporativo)

**Renan Silva Sobral**  
Gestor Executivo de Contabilidade  
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" CE